



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**IDENTIDADES E SUAS FRONTEIRAS:
um estudo sobre o povo Romani e suas invisibilidades**

Lucas Augusto Barbato

Brasília/DF, dezembro de 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

**IDENTIDADES E SUAS FRONTEIRAS:
um estudo sobre o povo Romani e suas invisibilidades**

Lucas Augusto Barbato

Monografia apresentada ao
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília como um dos
requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Sociais, com
habilitação em Antropologia.

Banca Examinadora:

Profª. Andrea Lobo (DAN/UnB) – Orientadora

Lucimara Cavalcante (UnB) – Avaliadora

Brasília
2020

AGRADECIMENTOS

À todas que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

À professora Andrea Lobo, pela orientação, pelo aprendizado e apoio em todos os momentos necessários.

À Larissa Nocko, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) pelo apoio inicial.

À todas as representantes da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK) pela abertura, confiança, apoio e aprendizado em todos os momentos dessa pesquisa, especialmente Elisa Costa, Sam Cândido e Lucimara Cavalcante, que tanto me ensinou.

RESUMO

A monografia tem como sua intenção abordar a luta pelo fim do ciclo do desconhecimento e invisibilidade sobre a cultura romani, o que acaba emergindo uma fronteira étnica por parte do povo romani, escondendo a sua cultura e identidade na sociedade. Entretanto, há pessoas desse povo que ajudaram a criar a Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK), uma organização sem fins lucrativos, com a missão de propagar a história, tradições e costumes do povo romani no Brasil, com sua sede em Brasília. Além de ajudar na questão do fim do ciclo do desconhecimento e a invisibilidade sobre a cultura, com base nas entrevistas que fiz com as participantes dessa associação, versos sobre a forma que se relacionam com essa política; suas vivências com tal experiência, o jeito que qualificam e percebem os estereótipos sofridos e as conquistas da Associação para o fim da invisibilidade.

Palavras-chave: Invisibilidade. Estereótipo. Fronteira. Estigma. Romani. Identidade.

ABSTRACT

The monograph is intended to address the struggle for the end of the cycle of ignorance and invisibility about Romani culture in society, which ends up emerging an ethnic frontier by the Roma people, hiding their culture and identity in society. However, there is a segment of these people who helped to create the International Association Maylê Sara Kalí (AMSK), a non-profit organization, with the mission of spreading the history, traditions and customs of the Romani people in Brazil. In addition to helping with the end of the cycle of ignorance and invisibility about culture, based on the interviews I did with the participants of this association, talk about how they are related to this policy; their experiences with such experience, the way they qualify and perceive the stereotypes suffered and the achievements of the Association for the end of invisibility.

Keywords: Invisibility. Stereotype. Border. Stigma. Romani. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A HISTÓRIA DO POVO ROMANI	
1.1: Introdução	9
1.2: Breve história do Povo Rom	9
1.3: O povo Rom no Brasil	12
1.4: Século XX e o Porrajmos	15
1.5: As divisões do Povo Rom	19
2 PENSANDO SOBRE IDENTIDADES	
2.1: Introdução	25
2.2: A romanipen	25
2.3: Aspectos sobre a casa e a família	30
2.4: O feminismo romani	32
3 AS FRONTEIRAS	
3.1: Introdução	39
3.2: O cigano “Rum Montilla”	40
3.3: O estigma de ser um Rom	44
3.4: O território dinâmico	51
3.5: A cultura vive	55
4 A AMSK	
4.1: Introdução	60
4.2: O movimento político romani e a AMSK	61
4.3: As batalhas e o futuro	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu das curiosidades que tinha quando criança, me encantava os filmes que apareciam personagens que se diziam “ciganos” e o ar misterioso que os circundava. Ao entrar no curso de Antropologia, me interessava o tema de migração por associar que o povo romani poderia também ser compreendido por essa chave analítica. Por não haver muitos estudos sobre, me senti ainda mais motivado a contribuir com a visibilidade desse povo. Esse, primeiramente, é o objetivo inicial deste trabalho. O que vou fazer efetivamente nos capítulos que seguem é iniciar um relato sobre sua cultura, sobretudo desejo argumentar sobre a existência de uma fronteira étnica que emergiria quando um romani entra em contato com alguém que não pertence a esse povo. Especificamente no Brasil, esse desconhecimento sobre sua cultura acarretaria em uma fronteira de invisibilidade, pois muitos não se apresentam como romani na sociedade. Isso gera muitos fatores como o aumento na invisibilidade e inclusive o não ensinamento dos preceitos de sua cultura para as próximas gerações pelo medo do preconceito da sociedade com um assim chamado de “cigano”. Entretanto, há pessoas que estão na luta para que se torne cada vez mais compreensível e perceptível sua cultura e costumes. Esse é o caso da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK), que busca proteger o povo romani no Brasil e propagar a cultura no país, aliando a outros órgãos do mundo todo e é sobre ela que também trato neste estudo.

Este trabalho será dividido em três capítulos e será permeado por obras de outros autores sobre o povo romani e entrevistas que fiz com as representantes da AMSK. No primeiro, apresento a história do povo romani. De onde provavelmente surgiram, a situação na Europa e o Porrajmos (ou Holocausto, para o povo judeu), seus trajetos até chegar ao Brasil e ao Distrito Federal onde é o meu caso etnográfico por ser a sede da AMSK. No segundo capítulo, apresento aspectos que compõem a identidade deles, sobre a casa, família, saúde. Com isso, disserto sobre o movimento político e do feminismo romani. No terceiro capítulo verso sobre o significado de “fronteira” que emerge pela etnia ao entrar em contato com alguém que não pertence ao seu povo, fruto de um desconhecimento sobre a cultura na sociedade que gera um medo por parte deles de sofrerem as mazelas que seus antepassados sofreram. Essa fronteira será explicada com entrevistas feitas com as representantes desta Associação e de estudos sobre a cultura e sobre o conceito de fronteira étnica por antropólogos e antropólogas. Por fim, no último capítulo eu trato

diretamente sobre a Associação, suas conquistas, sobre o contexto da pandemia em que estamos passando e o que pensam sobre o futuro do povo romani.

A princípio, estava procurando tratar somente sobre a cultura e como era a relação entre eles e com quem não pertencia a esse povo, quais eram as suas estratégias para sobreviver, algo sem embasamento teórico e mais voltado a noção de um senso comum que a figura de um “cigano” traz, com a característica itinerante em questão. Tinha planejado ir a um acampamento que se encontra em Sobradinho (DF), o único lugar que sabia que existiam “ciganos”, por meio de uma pesquisa realizada na internet onde acabei encontrando um estudo feito pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Ao entrar em contato com o estudo da CODEPLAN (2016), conheci a Associação Maylê Sara Kalí e entrei em contato para podermos ter uma entrevista, em vista de marcar uma reunião com as lideranças do acampamento porque estava receoso em simplesmente ir sozinho. Nessa época, obtive um convite da AMSK para participar de uma reunião na 412 norte, no Plano Piloto. Lá eu conheci Elisa, presidenta da Associação e Sam, que também integra a equipe. Havia feito um questionário mas abandonei quando percebi que Elisa e Sam estavam se aprofundando nas suas falas a respeito dessa política de invisibilidade e deixei simplesmente fluir, até porque também participava de uma reunião que contavam com outras pessoas. Com esse novo pensamento em mente, o de tratar sobre a invisibilidade, como uma fronteira que emerge do lado romani e causada por um desconhecimento da sua cultura na sociedade que resolvi tratar exatamente sobre a batalha da AMSK para a visibilidade do povo romani, que também fez parte da criação da nação brasileira.

A fim de obter mais dados para a minha pesquisa, assisti uma aula que a AMSK realizou por meio de um projeto de estudantes da ciência política na UnB e lá eu conheci Lucimara Cavalcante, também membro da AMSK e mestranda na universidade. Com ela pude perceber ainda mais a importância de realizar esse trabalho, fruto também dos trabalhos anteriores que começaram esse trajeto de romper com o ciclo do desconhecimento que acomete sua cultura a criar uma fronteira étnica. É por meio de trabalhos acadêmicos, de inclusão nos debates que a cultura do povo romani se torna cada vez mais presente e acredito que consegui estabelecer esse diálogo com os outros autores que buscaram estudar sobre esse povo a fim de enriquecer seu conteúdo. Espero que o leitor e a leitora tenham essa mesma percepção.

Para introduzir o primeiro capítulo desse estudo, é necessário elucidar alguns termos que serão abordados. Neste próximo capítulo, me aprofundo nas questões de cada braço familiar que

compõe o povo romani. Nessa introdução, informo o fato de que esse povo é composto por famílias e cada uma pertence a um segmento diferente do povo romani. O povo romani, além do termo “cigano” que é pejorativo e não os representa, é também chamado de povo Rom. As pessoas que não pertencem a esse povo são denominadas de “Gadjós” para o gênero masculino e “Gadjís” para o gênero feminino. Por agora, esses termos vão servir de referência para esse estudo e conforme for avançando, mais questões serão explicadas.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DO POVO ROMANI

1.1: Introdução

Neste capítulo, apresento a história do povo romani a partir de outros autores que já escreveram sobre eles e com comentários que obtive de Lucimara, Elisa e Sam. Como já dito na Introdução, elas são interlocutoras deste estudo que ajudaram a criar a Associação Maylê Sara Kalí (AMSK) com a missão de propagar a história, tradições e costumes do povo romani no Brasil. A Associação tem como objetivo romper com o “ciclo do desconhecimento” sobre sua cultura, como afirma Lucimara, que faz com que muitos romani se mantenham reclusos em uma fronteira étnica que os impedem de manifestar-se como romani ao ter contato com um gadjô (uma pessoa que não pertence ao seu povo).

Essa fronteira invisível, criada como estratégia de autoproteção, é fruto de perseguições que sofreram na história, deixando traumas nas famílias e marcas em sua história e memória. Por isso, para introduzir essa questão, busco neste capítulo mostrar de onde vieram, quem são, sua longa história na Europa até a chegada ao Brasil, as especificidades de sua situação quando em solo brasileiro e, finalmente, no Distrito Federal, onde está o meu caso etnográfico por ser a matriz da AMSK.

É importante tratar desses aspectos para apontar de onde vem esse medo por parte de muitas famílias romani de se manterem reclusas e de não revelarem sua identidade. Conforme buscarei demonstrar, o que estou chamando de “fronteira invisível” é fruto de um histórico de estereótipos e estigmas que foram propagados por muitos anos por gadjós, gerando perseguições e preconceito até hoje. Essa breve história relatada até a chegada à capital brasileira, onde aparecem as interlocutoras desse estudo que ajudaram a criar a AMSK, vão servir de base para se adentrar mais a fundo nas questões dos estigmas e preconceitos que marcam a trajetória desse povo e dessas pessoas. Farei isso recuperando trabalhos de outros pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre o tema.

1.2: Breve história do povo Rom

Há estudos que propuseram construir uma linha cronológica mostrando de onde veio o povo romani. Tal reconstrução é complexa por se tratar de muitas etnias espalhadas no mundo todo e que construíram seus caminhos de diversas formas. Valéria Silva Sanchez (2006), com a obra *Devir Cigano. Encontro cigano–não cigano (rom–gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação* (2006) argumenta sobre como essa relação do romani com o gadjó o fez se tornar quem é. Como pré-história, Sanchez (2006) conta que por ter uma trajetória nômade, possivelmente estiveram integrados com vários povos ao redor do mundo, mas principalmente sua origem está na região central da Terra. A autora usa de um estudo feito por uma historiadora romani chamada Agnès Vrancky para esse argumento:

Segundo ela, a Romá foi constituída no berço da civilização pré-ariana, entre a Ásia Central e a Índia, há pelo menos 4 mil anos. (...) chegam na atual Índia no segundo milênio antes de Cristo, introduzindo o cavalo e a metalurgia (SANCHEZ, 2006; 92)

Neste estudo, Sanchez (2006) atenta para o fato deles terem favorecido a ligação dos povos do lado oriente do planeta com os do ocidente, participando das grandes ondas migratórias que ocorreram na história. Muitas famílias, que fizeram caminhos diferentes, construíram esse trajeto plural ao redor do planeta. Quando um romani responde que sua família veio da Índia, outro que veio do Egito, Grécia, Rússia, isso não deixa de ser verdade. A autora aborda que, devido a intensa opressão que sofriam na Índia¹, decidiram emigrar do país e se estabeleciam em importantes portos que abriam caminho para diversos países ocidentais. Muitos se encontravam nesses portos, numa localização que se chamava “Pequeno Egito”, daí provavelmente vem o motivo de muitas pessoas o denominarem de *gypsies* mas provavelmente esses portos se encontravam na Grécia. A princípio, segundo Sanchez (2006), foram bem recebidos onde adentravam, alguns recebendo até cartas de recomendações. Com o passar do tempo, as indicações foram cessando e as sanções quanto a sua permanência, aumentando. Por não terem criado um costume de criar exércitos e/ou batalhar (suas contribuições variavam de acordo com as necessidades no espaço em que estavam), tão pouco de ter uma religião e uma carreira

¹ Muitos consideram que existe uma descendência direta de um povo desse país chamado Dom. No sistema social dividido por castas que existia no país, estavam no nível social mais baixo sendo considerados inclusive um povo sem castas, ou seja, párias, impuros.

eclesiástica, a autora atesta que começava então a se criar o costume de o acusarem de traição e de paganismo, de serem os responsáveis pelas calamidades que aconteciam, de serem desordeiros, sem educação, sujos.

A historiadora Assio Henriette, citada por Sanchez (2006), conta que a relação foi melhor construída nos territórios russos, berço de uma etnia do povo romani chamado povo kaldarasha. Segundo Henriette: “A intermediação da música, canto e dança, parece ter sido um elo fundamental” (SANCHEZ, 2006; 99). Com a arte, principalmente dança, música e artesanato, conseguiram uma certa simpatia que ficou atrelada com a perseguição que já sofriam e assim começava a se criar também um caráter esotérico. Artistas e seus consumidores tinham simpatia pelo personagem misterioso e esotérico dos ciganos. Começava assim a se conformar no imaginário da sociedade ocidental esse estigma, quase que deixando a autonomia do povo romani exclusivamente voltada para o mundo artístico e para esse estereótipo esotérico. As danças e os violonistas se apresentavam com estilos de música como o flamenco e outro que nós conhecemos como *gypsy jazz*, um jazz que ficou muito popular graças a uma outra etnia que se instalou principalmente na região francesa, o povo manouche.

Assim, adentrando nos espaços europeus, já na época das grandes navegações, chegaram ao litoral ibérico, abrangendo o seu limite de espaço para os continentes africano e americano. Muitas famílias foram deportadas para esses continentes como forma de retaliação por seu caráter itinerante e desobediente, em desacordo com as normas europeias. Concluindo essa questão, começo agora a contar sobre os trajetos que famílias e alguns ancestrais das interlocutoras deste estudo fizeram até chegar onde estão hoje.

Em seu estudo sobre o povo romani chamado “*Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos*”: *construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Sousa-PB* (2015), Jamilly Rodrigues da Cunha (2015), pesquisadora que há anos se dedica a temática, conta um pouco do contexto da vinda do povo romani ao Brasil:

Na metrópole portuguesa, perante aqueles que, vistos como diferentes e não se encaixavam no modelo aceito de sociedade, umas das penas mais destinadas era o degredo, destarte, muitas famílias ciganas foram sendo trazidas para o Brasil. Desse modo, perseguidos tanto por sua identidade étnica e cultural, quanto por sua mobilidade e caráter constantemente

postos sob suspeita, os ciganos encontraram uma severa repressão em Portugal, diante da legislação formulada especificamente para coibir o grupo. (CUNHA, 2015:20)

1.3: O povo Rom no Brasil

Para falar um pouco do trajeto do povo romani nos países europeus até o território brasileiro, apresento uma parte da entrevista que fiz com Lucimara Cavalcante em que ela fala um pouco de como foi a chegada deles no país com base nos documentos que pesquisou da época:

Quero continuar buscando esses diários oficiais da época, aquilo que você viu falando na minha dissertação era um diário. “Nasceu filho de fulano que era casado com uma família de ciganos”. Eles faziam isso. Está no nosso arquivo nacional e dá pra gente buscar lá e é muito interessante isso porque foi isso que a Elisa Lopes Costa, que é a minha fonte de referência, fez com os degredados de Portugal para as terras de além mar que era Angola e Brasil. Ela foi nesta fonte, viu como eram os degredados e a gente se emociona porque foi o exemplo que eu dei na defesa: “Mariana, 5 anos. Pena perpétua, motivo: cigana”. Assim ia, aí vinha lá “João”. Engraçado que não era o nome romani. A gente pode até fazer uma análise que esse nome era dado na hora e não da família. Por que? Como bem disse o decreto de Dom João V: “Estão proibidos de falar essa língua de geringonça”, então talvez aquele que escrevia ali no porto para dar a carta, o registro, porque chegava o registro na mão de quem deixava entrar no barco e tava ali: “aqui são os prisioneiros que vão cumprir pena”, aí tinha: “aqui são os ciganos que vão ser levados”. (LUCIMARA)

Sua dissertação de mestrado, intitulada *História, Identidade e Dinâmicas Territoriais do Povo Rom no Brasil* (2019), traz com propriedade as dinâmicas territoriais que passaram quatro núcleos de família romani aqui no Brasil, uma delas de seus antepassados diretos. Mostra

também o processo de ressignificação das nomenclaturas usadas para denominarem seu povo e comprova a romafofia que sofriam com várias publicações que eram divulgadas nas cidades no século passado sobre os assim chamados ciganos, como foi mencionado também na entrevista que realizei. Apresenta as vivências das famílias até os dias atuais e a luta para que sua cultura, aqui no Brasil, não se perca. Inclusive, que ela seja considerada parte da cultura brasileira. Segundo Cavalcante (2019):

De escravos prisioneiros a donos de terras, permaneceram no território e contribuíram para a formação da nação brasileira. Embora objeto de preconceitos, discriminação e racismo em razão de sua diferença cultural, nosso povo sobreviveu e estabeleceu sua territorialidade no Brasil. (CAVALCANTE, 2019; 17)

Com o rótulo de desordeiros na Europa por Portugal, a partir do século XV são deportados para as colônias da América e da África. A coroa portuguesa impôs condições para que mudassem seu modo de vida e costumes. O interessante é que os casos de deportação aumentaram, então alguns donos das terras das capitânicas decidiram distribuir hectares com a condição do romani não se misturar com os colonos. Ainda mais, essa distribuição ocorreu em todo o território, para impedir uma possível concentração deles. Portugal procurava conter sua conduta com sanções em relação a vestimenta, língua (CAVALCANTE, 2019; 33).

Entretanto, com a vinda da família real ao país, algumas pessoas do povo romani começaram a se inserir melhor no cotidiano e a serem mais respeitadas, sendo convidadas para festas na capital brasileira pela família real. Assim, de desordeiros passam a ser donos de seu território com o devido reconhecimento da coroa. Como relata a autora, assim conseguiram retomar o controle de seu modo de vida e uma inserção maior na formação do Estado brasileiro. Porém, a sua participação na construção de nossa nação nunca foi devidamente reconhecida.

Documentos da época trataram de colocar todas as pessoas do povo romani na nomenclatura “cigano”, sem contar a origem étnica de cada família que veio aqui ao país com um aparato cultural de seus ancestrais. Assim, apesar de uma melhor recepção por parte da coroa portuguesa, o preconceito nunca deixou de existir. Algumas capitânicas desconsideravam a autorização que o povo romani tinha de adentrar no território. Segundo Cavalcante (2019), isso

se acentuou ainda mais no tempo da descoberta do ouro em Minas Gerais (CAVALCANTE, 2019; 38).

Além de serem impedidos de transitar, o preconceito era incentivado pelo governo local. Por serem considerados pessoas sem educação, com tendência ao furto, era só uma pessoa romani ser acusada de algo para que sua família toda fosse prejudicada. Quem era considerado vadio, era denominado de “cigano”. Essa romafofia, segundo Cavalcante (2019), perdurou pela época do Império e da República. Com base em cartas que teve acesso da época da polícia, da imprensa e de algumas pessoas da nobreza e elite, a autora nos detalha tais processos. Em um dos documentos, da cidade de Penedo em Alagoas, um artigo assinado pela *A Fé Christã, um hebdomadário dedicado aos interesses da religião catholica* (1905), exibe uma nota em que fala sobre a existência de um “grupo enorme de ciganos” que roubavam crianças. Segundo a autora:

Como parece deixar claro, essa nota supõe que nas famílias romani nunca nascem crianças com deficiência e, por isso, os “ciganos” precisam “roubar crianças” para deformá-las. Evidente que, com tais afirmações, seus autores procuravam alimentar o medo da população de Penedo, como também de outras cidades do país, em relação aos “ciganos”. Documentos como este comprovam o rebuscamento da intolerância exercida por alguns membros da Igreja que procuravam manter as famílias católicas afastadas do contato com as famílias romani. (CAVALCANTE, 2019; 45)

Foi nessa conjuntura que veio a família de Lucimara e das que entrevistou para sua dissertação de mestrado. As moradias eram tendas instaladas em terrenos baldios em sua maioria, tendo que às vezes lidar com os maus tratos de pessoas que viviam na região ou algum agente de segurança pública. Segundo a autora, dado esse contexto, a mobilidade era primordial para a sua sobrevivência. Os caminhos percorridos se relacionavam também com as festividades que ocorriam em determinada cidade, assim ocasionando uma melhor oportunidade para poderem fazer o comércio de artesanatos. Com o início da construção da nova capital brasileira, muitos do povo foram para o Centro-Oeste e fizeram parte desse projeto tendo inicialmente as mesmas condições de moradias mencionadas, com tendas em terrenos baldios. Foram criando

suas vidas e algumas famílias conseguiram residências fixas na região candanga. Segundo a autora:

Entretanto, apesar da existência dessas migrações, não podemos esquecer o real motivo da mobilidade territorial do Povo Rom ao longo da história. Essa mobilidade decorreu, principalmente, da romafovia exercida pela classe governante. A desconfiança, o temor, o racismo e a antipatia pelos Rom foram e continuam sendo, em muitas regiões, os principais fatores que impedem a fixação das famílias romani num determinado local. (CAVALCANTE, 2019; 49)

Concluindo essa breve história sobre o povo Rom de um começo até o Distrito Federal, adentro num evento histórico que aconteceu no século XX e que marcou a cultura desse povo. Muitas famílias decidiram esconder a sua origem étnicocultural dos gadjós por medo de sofrerem novamente as mazelas desse período, ensinando isso às gerações posteriores. É importante apresentar esse fato para entendermos mais sobre o motivo de muitos romani cortarem relação com o gadjó, ou pelo menos esconder o fato de ser romani por medo de nova perseguição.

1.4: Século XX e o Porrajmos

Com o seu preconceito aumentando no mundo todo, chega o século XX e com ele toda a conjuntura de governos fascistas se intensificando. Sanchez (2006) traz um relato muito bem aprofundado do que foi o *Porrajmos* ou *Samudaripen*. Foi o Holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial do povo romani. Segundo Sanchez (2006), em relação ao nazismo alemão, poucos sabem que “foram dizimados proporcionalmente mais ciganos do que judeus...” (SANCHEZ, 2006; 49).

Com base no trabalho da pesquisadora israelense Myriam Novitch, a autora conta que a polícia alemã na época havia construído a Seção Especial de Questões Ciganas em 1899. Em 1929, a Seção transformou-se em uma Central Nacional, proibindo-os de circular sem autorização. Em 1933, com Hitler no poder, a opressão racial fica mais evidente. Em meados de 1937, já havia uma sala especial para o povo romani. Mulheres e crianças gêmeas romani foram

usadas por médicos para servirem de cobaia a diversos experimentos. Sanchez (2006) também relata, por meio do trabalho dessa pesquisadora, o fascínio particular de Josef Mengele sobre as crianças gêmeas do povo romani, em sua maioria de apenas sete anos de idade. Josef Mengele foi o médico mais famoso do regime nazista, tendo feito inúmeros experimentos com pessoas que estavam nos campos de concentração. O rigor com a descendência romani era muito maior do que com o povo judeu, segundo o relato da pesquisadora. É trágico também saber que os médicos foram absolvidos e o genocídio contra esse povo especificamente só foi reconhecido em 1982! Segundo Fonseca, autor que Sanchez (2006) utiliza para esse argumento, os franceses ainda hoje se recusam a dar a público documentos do tempo da guerra relativo ao Porrajmos (SANCHEZ, 2006; 50). Há uma certa “amnésia voluntária”, segundo a autora, por parte dos europeus, sobre essa questão. Sam e Elisa, interlocutoras deste estudo, também comentaram. Principalmente sobre Josef Mengele, Sam diz que faziam os experimentos com os judeus até o primeiro dito cigano entrar num campo de concentração. Inclusive, diz algo que achei interessante e que aborda um outro estigma que permeia esse povo que é a noção de invisibilidade:

Como é que a gente entende isso e aí tu tens que ir na história, porque a história não diz o que eu vou te dizer, mas é aonde a gente chegou. Até então as experiências não eram feitas com alemães nem com os outros, eram feitas com judeus. Quando os ciganos entram no campo de concentração também são escolhidos gêmeos ciganos, etc., para fazerem experiências e também gêmeos judeus para experiência... conta e isso tá escrito, só que eles não dizem que quem sobreviveram foram os ciganos, né? Conta que, esse grupo aqui durou 7 dias, um exemplo, e esse grupo aqui durou 14 dias. Esse grupo aqui (o primeiro), eles dizem assim: “é um grupo de judeu”. Esse aqui (o segundo) eles não dizem que é um grupo de ciganos, eles dão a entender. (SAM)

Elisa quis falar mais sobre esse assunto, porque a Sam disse que queria “só contar o grosso”. “Na realidade... mas na realidade, isso que aconteceu foi o seguinte. Quando Auschwitz foi construída, depois ela foi própria para ciganos. Só. Não tinha divisão de outro caso” (ELISA).

Dessa forma, Mengele mudou os trabalhos dele e assim seu rosto ficou em alta. “Aí até então eram usados judeus para experiência, quando ele percebeu que há outros que sobreviviam mais tempo à loucura dele, quem passou a ser a cobaia foram os ciganos” (SAM). Elisa atesta: “Então hoje a história da medicina diz que se você quebra seu osso 4 vezes e ele se recupera normalmente, porque esse estudo foi feito com vários ciganos. Como funcionam os gêmeos e por aí vai”. Elisa me pergunta como se constrói uma história sobre seu povo com isso e não tive resposta para dar. Sam argumenta então que se formos procurar no livro de história, não estará que isso tudo aconteceu com o povo romani. “Não era dito, e aí quando o pessoal que sofreu isso mesmo na Segunda Guerra... eles não querem se identificar nunca porque eles dizem que foram cobaias” (SAM). Elisa diz que essa invisibilidade agora não existe mais, que tudo está provado com documentos. Inclusive existem materiais que se encontram no site da AMSK.

Especificamente na Europa, Sanchez (2006) relata que no continente o preconceito ainda se mantém forte, principalmente na região dos Balcãs. Com todos os problemas que existem no continente desde as guerras mundiais, entre tchecos e alemães, búlgaros e turcos, húngaros e romenos é unânime entre os países o ódio pelo povo romani. Como a autora relata, é recorrente terem casas queimadas por *skinheads*, placas em restaurantes proibindo a entrada, algo que a Elisa menciona também. O povo romani foi uma das principais vítimas tanto na Segunda Guerra Mundial, quanto em conflitos recentes no continente como a guerra da Bósnia-Herzegovina.

Lucimara, na nossa entrevista, atesta que a situação na Europa é mais grave do que no continente americano pelo fato da cultura estar mais expressa na sociedade europeia. A população consegue distinguir melhor quem é romani. No atual contexto de crescimento da extrema direita, as perseguições aumentaram:

Lucas: Essa invisibilidade é desde o Holocausto? Não se fala

Lucimara: Não se fala, só falam dos judeus. Eu agradeço muito aos judeus porque graças as pesquisas deles... Tem um blog do Holocausto, tá no nosso site o link dele. Ele buscou vários fatos do Holocausto da população romani então eles estão de parabéns que organizaram. Esse movimento pra contar do Holocausto romani começa de 2016 pra cá porque começaram a se formar mestres e doutores em antropologia, história na Europa. Tentando resgatar e pegando a oralidade daquelas pessoas que ainda hoje

são sobreviventes. Já tão começando a publicar, mas ainda tá muito na Europa. A gente tem que trazer pra cá pra introduzir esses livros e começar a mostrar aqui no Brasil que existe uma história da maneira que foi relatada. Pra piorar, na Europa já tem a extrema direita. O pessoal manda pra gente onde tem, por exemplo, crianças em escolas a extrema direita se levantou. Levantou não, eles saíram do esconderijo deles. Os nazistas estão aí fortemente. Eles estão pichando a parede falando “fora seus sujismundos ciganos”, “nós vamos te matar”. Aconteceu agora em Lisboa, duas ou três semanas atrás. Tia Olga, tá todo mundo assim bastante assustado porque lá é de assustar.

Na entrevista com as outras interlocutoras, Sam comentou que iria para a Europa visitar uns parentes e aproveitei pra saber mais sobre a situação do povo romani lá. Elisa alertou para ela não ir com uma roupa típica da família, lembrando que na semana anterior à nossa entrevista, apareceu em Praga uma placa proibindo a entrada do povo romani. Sam disse que não viu, mas ouviu seus parentes comentando. “Como? Como que Praga diz isso? É a mesma coisa que a Hungria dizer “menos Romá”. Enfim, então é assim, tem uns países que são muito Romá que é Hungria, é... aquele miolinho Balto ali ó ” (SAM). Elisa diz que a Moldávia é quase 80% Romá.

Lucas: E é engraçado que mesmo renegando, o mundo da Romá existe lá

Sam: Existe... claro que existe!

Elisa: Em todos os lugares

Sam: Parte renega.

Elisa: Existem duas formas de se negar né, é assim... os mais antigos assim, o que é da Romá, fica na Romá... não abra a boca porque a partir do momento que você dizer, a gente vai negar porque o censo de destruição ele é... você pode ter a idade que for que você não confia em ninguém.

Com todo esse relato apresentado, consigo situar melhor o leitor e a leitora quanto a sua dificuldade para perpetuar sua cultura e também o medo de se apresentar na sociedade gadjô, sendo a qual a opção mais segura a de erguer uma fronteira étnica e invisível e silenciada, porque

não perceptível pelos que estão fora desta. É um povo que sofre muito preconceito também por não ser uma cultura bem conhecida na sociedade e isso os tornam reclusos, como foi exposto na fala de Elisa. Na próxima questão, conto um pouco sobre como é dividido esse povo, para no próximo capítulo aprofundar melhor os conceitos que formam a sua identidade.

1.5: As divisões do Povo Rom

Primeiramente, devo abordar melhor uma questão central: a nomenclatura. O termo “cigano” é pejorativo, é um nome que foi dado por pessoas que não pertencem a esse povo e acabou sendo internalizado pelas populações no mundo todo. Muitos de nós temos concepções sobre o povo romani que se assemelham muito ao significado de “cigano” que se encontra em vários dicionários do país. Pesquisando no dicionário do *Google*, foram apresentados sete significados, dentre os quais destaco dois (o link se encontra nas referências bibliográficas): que ou aquele que tem vida incerta e errante; boêmio, vendedor ambulante de quinquilharias; mascate. Em artigos e monografias que li, quase sempre também aparecem para descrevê-los termos como “invisíveis”, que se adiciona ao significado de “incerto e errante” no dicionário. Essas questões escondem o fato de, no mundo todo, terem grupos e divisões que se resignificaram com o tempo.

Para situar o leitor e a leitora quanto à denominação correta, tenho como base um estudo feito pelas interlocutoras desta minha monografia. De Cavalcante e Costa, *Acampamentos “ciganos” 2017: os desafios da implementação de direitos* (2017). Em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e com a cooperação da AMSK, propuseram um levantamento e sistematização de informações sobre a presença do Povo romani nos municípios brasileiros, contando com a ajuda da antropóloga Jamilly Rodrigues da Cunha. Eis uma passagem da obra que aborda a questão da nomenclatura:

Ademais, no escopo deste trabalho, em alguns momentos, iremos identificar os povos “ciganos” por meio da nomenclatura “Rom” ou “Romá”, por entender que é o termo politicamente correto para designar os “ciganos”. Rom é a sua forma no singular e designa toda pessoa pertencente a esta etnia. No entanto, compreendemos que no Brasil estão

presentes os três grandes grupos étnicos romani: Calon, Rom (Caldaraxa, Matchuaia, Rudari, Rorarrané e Lovaras) e Sinti. O termo cigano e suas variações em diferentes línguas – cygani, tsigan, zigeneuner – são derivados da palavra grega Atsingani, que significa não toque, intocáveis. Estas palavras foram cunhadas para denominar os povos romani no período em que estiveram presentes no território que compunha o Império Bizantino, por volta do ano 1000. (CAVALCANTE; COSTA, 2017; p.234)

Com isso, alerta para uma questão que Cavalcante (2019) menciona sobre as mudanças que ocorreram ao se estudar esse povo, fruto também de uma maior inclusão e consequente produção acadêmica de autoria do próprio povo romani que pôde fazer uma avaliação mais crítica quanto aos estudos realizados.

Portanto, como já esclareci na Introdução, trato todo o conjunto de etnias que compõem a nomenclatura “cigano” com o nome de “Romá”, “Rom” ou “romani”. Cavalcante (2017) aponta que essa questão foi amplamente debatida durante o século XX entre os membros da Roma no mundo, planejando formas de integrar esse povo até para facilitar na aquisição de direitos enquanto povos tradicionais, os fortalecendo também depois de intensas opressões que sofreram por causa das grandes guerras. Assim, Roma e Rom são considerados os nomes da verdadeira identidade desse povo, passando a integrar também os relatórios das Organizações que quisessem falar sobre eles. Então, quando falo Rom não estou excluindo nenhuma etnia que compõem esse povo pejorativamente chamado de “cigano”. O romanês é a língua oficial. Há diferença no léxico entre uma etnia e outra devido às consequências de diferentes caminhos transitados, porém, se entendem em qualquer país que estejam.

Com o passar do tempo, ressignificam-se muitos povos até chegar nos grandes grupos étnicos romani mencionados e agora apresento as características que se mostraram autênticas de cada um e de onde provavelmente vieram. Divido essa questão entre o estudo de Sanchez (2006) e Cavalcante (2019). No estudo de Sanchez (2006), calon é uma etnia romani que a princípio veio das regiões ibéricas e provavelmente foram os primeiros que adentraram no território brasileiro e que internalizaram mais a cultura nacional em seus costumes pelo seu tempo de chegada ser anterior a de outros povos do dialeto romani que não se encontravam nas regiões de

Portugal e Espanha, berços das grandes navegações. Com isso, perdeu-se um pouco a sua tradição nas danças e nas músicas típicas, porém, mantém os ornamentos de vestimenta, como o dente de ouro (Elisa inclusive aponta que é uma característica específica dos calons, ela pertence ao povo kaldarasha que tinham o costume de usar mais a prata do que o ouro), os vestidos mais rodados das mulheres. Mantêm-se a tradição da moradia em barracas também, algo que Lucimara também comenta na entrevista. Comparando com as outras, claro que não os generalizando, são os que se apresentam nos meios midiáticos e na gestão pública como os que têm a pior condição econômica no Brasil. Os que vieram das regiões centrais e orientais do continente europeu são respectivamente considerados os Sinti e Rom. Segundo a autora, nas culturas Sinti e Rom as vestimentas são mais usadas nas cerimônias do que no dia-a-dia, as saias são maiores e mais rodadas das romís, do que das calíns (mulher do povo Calon).

Segundo Cavalcante (2019), no Brasil, há oito etnias que compõem o Povo Rom: os kaldarasha, lovara, boyasha, matchuaia, horaranô, rudari, calon e sinti. Cada família se diferencia pela forma de vestir, das suas moradias, artesanatos e costumes mas tem no mercantilismo a principal fonte de renda, das mais variadas formas. A língua romani do Calon sofreu modificações com o léxico presente nas línguas portuguesa e espanhola. Na entrevista que fiz, aborda sobre um costume do povo calon em Portugal quando alguém de sua família falece:

E lá eles são calon mas até quando alguém como esposa, marido, pai, mãe faleceu, a família anda de preto. Um ano só vestem preto e se ela é viúva ela só vai se vestir de preto, entendeu? Então, a população portuguesa ela identifica por isso. Lucas, é interessante. Por exemplo, as mulheres elas andam de vestido, saia, blusa preta. Pode estar calor que for a blusa é até o punho, usa sapato preto com meia preta. Não é nem aquela meia fina, é aquela meia grossa preta. As mulheres que são viúvas, usam um lenço amarrado porque não pode aparecer o cabelo dela, algumas cortam o cabelo. Os homens quando ficam de luto, eles não cortam mais a barba. Só usam preto e ficam de barba. (LUCIMARA)

Ela relata em seu estudo que os pertencentes ao povo kaldarasha são provenientes da Rússia e mantém o léxico do romanês ainda íntegro. Suas especialidades são o manuseio com o

tacho de cobre, na fabricação de metais preciosos e seu manuseio para jóias e instrumentos de corte em geral. Lovara são reconhecidos pela relação com o ramo da equinocultura, grandes domadores e comerciantes de cavalos. Boyasha são famosos pelas artes circenses e os matchuaia, das artes cênicas. O povo horaranô são famosos pela música e os rudari pelo manejo dos elementos da natureza e os sinti, ou manouche, são grandes ferreiros e músicos, como mencionado (CAVALCANTE, 2019; 18).

A autora aponta questões muito importantes a serem mencionadas sobre sua cultura. Primeiro que esse relato abrangente não é unânime em cada família que pertencem às etnias. Cada família se desenvolveu segundo seu contexto geográfico e temporal. Segundo sua romanipen, que significa tradição. Inclusive, essa é a questão que a autora aponta ser problemática: a divisão em povos e etnias. Se cada membro se desenvolveu segundo as circunstâncias presentes, não poderia haver generalizações. Nas entrevistas que ela realizou, foi unânime a identificação de “família” ao invés de “grupo étnico”. Por isso que nem todas essas informações têm que levar em questão de modo unânime, há de se levar em questão cada contexto. Cada família tem a sua própria romanipen a zelar.

Espero ter contextualizado o leitor e a leitora quanto às características desse povo e suas vivências. Meu objetivo era construir as bases para agora apresentar, por meio de meu trabalho de campo, mais fatos que compõem a suas identidades muito vinculadas à uma história de construção dos estigmas e preconceitos que o fizeram se manter silenciados e perpetuando sua cultura na privacidade da casa e na segurança da família.

Algumas famílias inclusive, pelo medo do preconceito, estão deixando de ensinar os preceitos para as gerações seguintes e a AMSK faz esse trabalho de recapitular, de visibilizar, para que não se percam os costumes. Segunda Lucimara em entrevista, há muitas outras etnias romani que ainda estão reclusas nas fronteiras simbólicas e silenciosas com um aparato histórico próprio de sua cultura e a AMSK trabalha para que se rompa o ciclo do desconhecimento, para que possam se sentir também à vontade em perpetuar seus costumes. São casos como este:

Nós precisamos cada vez mais visibilizar essa identidade, entendeu? Essa identidade da maneira como queria se denominar, não como a forma que

foi propagada. Também os grandes grupos rom e calon, inclusive existem outras etnias que eu não tô autorizada para falar. São duas etnias que já nos procuraram, mas ainda não querem aparecer pelo medo dessa extrema direita que se alastrou no mundo, mas assim, eu creio que já já eles vão começar. A gente quer que eles participem do seminário da AMSK, que eles falem. A partir do momento que começou a ter o trabalho da AMSK e aí os kaldarasha começaram a trazer eles mais pra perto mas eles falam: “olha, vocês tem o total apoio nosso mas assim, não depende só de um ou de dois, tem que a família de fato querer porque é muita gente” e aí a gente falou: “não, o nosso interesse também não é ficar falando, vocês estejam aí e a gente fica dando informação, como pedir a cesta básica desse período agora”. (LUCIMARA)

O que eu queria ressaltar com esse relato é o trabalho que a AMSK faz no sentido de dar a autonomia da família que está reclusa em decidir romper ou não com a fronteira étnica. Isso é algo importante porque a perseguição e o preconceito traumatizaram as pessoas desde muito tempo e cada um responde de uma maneira diferente em relação a isso. É um processo que não envolve somente o sujeito porque a questão familiar, entre outras coisas, é de extrema importância para o povo romani, como veremos agora nesse próximo capítulo onde trato sobre aspectos que compõe a identidade desse povo.

CAPÍTULO II

PENSANDO SOBRE IDENTIDADES

2.1: Introdução

Com a apresentação da história e de relatos das diversas experiências que o povo romani passou, aprofundo as características que compõem a identidade deles com o objetivo de tornar mais compreensível a sua cultura, ajudando a romper com o “ciclo do desconhecimento”. Indo além, os dados de minha pesquisa podem demonstrar ao leitor e a leitora como muitos qualificam esses estereótipos sofridos, muitas vezes optando por manter a fronteira étnica e não criar uma relação em que se apresente sua identidade.

Esse capítulo está também dividido em tópicos. No primeiro, eu aprofundo o conceito de romanipen, ou seja, os costumes de sua linhagem familiar e o que seria isso. No segundo tópico, conto sobre o que compõe a vivência de várias pessoas da família romani, como aspectos sobre saúde, família e casamento. No terceiro tópico, relacionando mais com o meu caso etnográfico, conto sobre o feminismo romani e como se opera essa questão, tendo como base o estudo de Cavalcante (2019) e a entrevista por mim realizada com ela, Elisa e Sam, outras interlocutoras deste estudo. As questões das fronteiras que emergem no contato com um gadjô serão melhor explicadas no próximo capítulo. Agora, aprofundo as características que permeiam sua identidade.

2.2: A romanipen

As conversas que tive primeiramente com Elisa e Sam, romís kaldarasha, mostram que ser uma romí é levar para a vida todo um aparato histórico de comidas, remédios, danças, músicas, línguas própria de sua família que permeou por vários caminhos ao redor do mundo. A romanipen ou o mundo da Romá é essa espécie de constituição que seguem, esse conjunto de preceitos que carregam dos ancestrais, que auxiliam a entrar em contato com outra pessoa que pertence a esse mesmo mundo e que possam se conhecer, ajudar, proteger. Sanchez (2006) apresentou sua explicação sobre o mundo da Roma e uso essa passagem para introduzir essa questão:

A Romá carrega entre suas especificidades a imprecisão não apenas do tempo, mas também do espaço, quanto à delimitação e localização geográfica. Esta imprecisão leva os ciganos a encontrarem referências mais precisas nas raízes e terrenos da psique. Afinal, “eles não criaram raízes num solo, mas sim numa consciência” (Afirmção de Camparini no já citado programa Globo Repórter). Este terreno é povoado por imagens, mitos, símbolos e arquétipos. (SANCHEZ, 2006; 80)

Essa descrição da Romá encontrada na obra de Sanchez (2006) se faz por meio de um relato de suas impressões tiradas de um poema de Zurka Sbano, uma liderança do povo romani com quem desenvolveu uma amizade e dialogou em seu estudo. Ela argumenta também, ao ler esse poema, que o tempo para o povo Rom é atemporal.

A questão de não terem criado raízes no solo e sim, numa consciência, é um fator importante para se entender como uma pessoa rom vive no mundo gadjô. Explorando essa questão, Sam comenta sobre como é a mente de um romani e Elisa mostra também o que é realmente importante nas suas vidas:

Sam: A nossa mente, te falar uma coisa, a mente do cigano é quase isso que a Elisa falou... a gente viaja de um país pro outro e tem que lembrar do passaporte... a nossa mente não tem fronteira, eu acho que essa é a nossa maior liberdade, entendeu? A nossa mente, a minha mente, não sei se da Elisa é assim, mas a minha mente, ela não tem fronteira

Elisa: Por exemplo, onde é o meu material de foco: meu apartamento? Não, eu tenho um apartamento, vou manter ele... eu tenho um negócio comercial, vou manter ele. Se algum dos meus for ameaçado, nada disso tem valor

Sam comenta mais, falando sobre uma conversa que elas tiveram esses dias, de que isso está no DNA do povo romani porque ninguém passou esse costume a ela e então novamente dá um exemplo supondo que elas ganharam, em um dia, 800 reais. Sam disse que convidaria a Elisa

e gastaria todo esse dinheiro em um churrasco e que não se preocupa com o amanhã. Segunda ela, “Ah, amanhã Deus provê... mais ou menos isso, entendeu?” (SAM). O futuro de uma romani é o hoje, o seu pensamento. Sam relata que estudava porque gostava de descobrir coisas e não para um planejamento de carreira, lembrava muito mais do passado do que de algo que segundo ela, não existe, que seria o futuro. Elisa faz um relato de um convite feito a uma liderança romani internacional:

Elisa: Primeiro convite internacional que a gente fez pro Juan de Dios Ramírez Heredia, que hoje é vice presidente da União Romani Internacional... “daqui a 9 meses, parará, parará, vai ter um evento, não sei o que lá...” aí ele falou assim: “meninas, com 9 meses nasce uma criança... não tem como planejar minha vida para 9 meses”.

Sam: Porque o nosso futuro é hoje. Pro cigano o futuro dele é hoje e o meu pensamento... nunca pensei no meu futuro pra frente. Quando eu era muito mais jovem, meu futuro sempre foi hoje. Eu estudava porque eu gostava de descobrir coisas, não era pra futuro. A gente lembrava muito mais do passado do que numa coisa que não existe.

Elisa: Máximo que você pode fazer é “ah, eu quero fazer isso”, “quero viajar pra tal lugar”

Sam: É. Mas é uma coisa que pertence a hoje

Elisa conta uma frase que ouvia muito sobre essa questão do tempo: “Eu me lembro de uma frase que é mais ou menos assim, ó: “ser rico é comer e ter pra dar de comer, é comer bem... hoje! É vestir hoje, e dar pra dar de vestir... hoje!”. Isso, segundo Elisa, é o mundo da Romá. Sobre como se dá a ligação do povo romani com o trabalho, tendo essa mentalidade de pertencer ao hoje, Elisa me respondeu que a maioria são “profissionais liberais, eles mandam neles”. Elas contam também sobre como lidam com as suas finanças:

Sam: Por isso que eu te digo, viver nesse mundo é muito louco

Elisa: Até hoje você vê Romá com dinheiro que tem casa, tem móvel, tem não sei o que... agora, conta e ações de banco...

Sam: Não tem! A maioria dos ciganos que eu conheço não tem cartão de crédito, eles não têm conta em banco

Elisa: Eu tenho cartão de crédito

Sam: Ah, mas... é porque tu é mestiça (risos) e tem ciganos que dizem assim “ah, eu vou alí...”. Sabe qual é a moeda deles? Eles têm ouro, e aí eles vão na caixa e penhoram o ouro

Questionei se o estereótipo do dente de ouro tem a ver com isso e Elisa me responde que era pra transporte, saúde e nunca para uma identificação. Disse ela: “Dente de ouro pra identificação é só Piratas do Caribe”. A própria comunidade calon usa prata e Elisa atesta “Gente isso não existe! Entendeu? Tudo tem um significado!”

É muito difícil entender essa noção de tempo e de espaço. Por isso, quando contam suas histórias para um gadjô, muitas vezes não recebem a devida credibilidade porque a referência que existe sobre o povo romani na sociedade gadjô vem do significado de cigano no dicionário, de uma pessoa errante. Não conhecemos sua cultura e acabamos achando que suas vidas na verdade são contos de fantasias porque sua história também não é contada nas escolas, está mais presente em romances do que artigos acadêmicos e velada por um nome chamado “cigano” cujo significado não os representa.

Comentei exatamente essas impressões com Lucimara, as minhas dúvidas sobre o mundo da Romá e o que poderia ser o melhor significado que a define. Inclusive, citei uma passagem de sua dissertação de mestrado em que fala: “os indivíduos podem tomar decisões e fazer escolhas, mas sempre têm a sua romanipen como referência” (CAVALCANTE 2019; 87). Ela mostra que esse conceito está além de um idioma, que facilmente podemos aprender na internet. É mais uma conduta territorial, para que possam se perceber onde estiverem:

Essa é uma dúvida muito interessante que vários pesquisadores que já nos entrevistaram, fazem perguntas semelhantes. Quando eu falei assim que a Romá sempre vai ser minha referência significa que mesmo eu estando no mundo dos não Romá, a minha romanipen, foi isso que eu disse, a minha romanipen, aquilo que eu tenho como tradição, ela nunca vai se perder. É a minha referência. Mesmo porque é pela minha romanipen que os romani

aonde eu estiver, dependendo do meu comportamento, meu e da minha irmã. Foi o que aconteceu em Portugal. Nós estávamos lá no Seminário Internacional Romani. Os romani bateram o olho e disseram “nós sabíamos quem era e quem não era”. Então assim, são comportamentos, né? Nós temos os nossos brincos que identificam a nossa família, nós temos as nossas pulseiras. Quando a gente vai para ambientes que sabem que vão estar os romani nós vamos com os nossos anéis, com as nossas pulseiras, com os nossos brincos. Por que identificar a pessoa porque ela fala o romanês? Falar todo mundo pode falar hoje. Então os nossos símbolos, a gente se identifica por eles e aí é que tá. É a romanipen, é a maneira como comportar, como eu vou me comportar com aquela pessoa, entendeu? Porque temos comportamentos. Aí romanipen não se ensina, não se escreve, é meu, é da minha família. Só eu e minha família sabemos, então assim quando a gente fala dessa que a gente não vai perder, não perde é esse ensinamento. É essa romanipen que cada um segue e é nessa romanipen que independente se fala o idioma ou não, é ali, é como se fosse uma conduta territorial, sabe? É como se fosse uma conduta. Aí você vai entender melhor. Então são ensinamentos que a gente vai levando desde criança e é por esses ensinamentos, por essa tradição que cada um traz na sua conduta. No estar em comunidade ou não na comunidade que os romani se identificam porque o idioma hoje a pessoa pode aprender o idioma. Ficam lá 3 meses com uma família romani, ela aprende e aí? Eu falo pouco. Depois que meu avô fez a passagem, minha avó parou de conversar conosco e a gente foi perdendo porque as falas traziam muita saudade pra ela e a gente compreendia. A Elisa entende muito melhor do que eu, tanto que eu to ouvindo algumas músicas em romanês porque agora eles chegam falando. Alguns chegam falando romanês pra saber se você é romani porque você não faz parte da comunidade deles aí eles falam: “não, falar é muito importante” mas quando eu vejo o neto daquela pessoa que me fez o teste não falar o romani, não falar o romanês. Olha a situação... (LUCIMARA)

Articulando com o próximo tópico, apresento essa passagem de Cavalcante (2019) que resume bem a essência romani e a importância da romanipen em sua vida e o quanto a família é algo importante:

Não importa onde os nossos pés estejam, precisamos nos reconhecer e reconhecer os nossos. Isso para nós é casa, lar e família. É a força do coletivo, pequeno ou grande. É assim que nos deslocamos, que ocupamos espaços e que nos sentimos em casa. Por isso, sempre estamos muito perto uns dos outros. (CAVALCANTE, 2019; 116)

2.3: Aspectos sobre a casa e a família

Após apresentar essa questão relacionado à conduta que seguem, trato agora das características gerais das famílias romani. A questão familiar se mostra muito presente no trabalho de Cavalcante (2019) com uma riqueza de detalhes. Essa questão também se encontra em muitas obras acadêmicas sobre o povo romani. É um conceito que comporta seu “universo”, como relatado no trabalho de Cunha (2015) nessa passagem:

Entretanto, conforme se observa nos trabalhos produzidos, é preciso destacar que apesar das diferenciações, há também certos elementos que perpassam todos esses grupos. Pois que a relação de parentesco, de gênero e com os mais velhos, as noções de moralidade e imoralidade, a forte representação que o sangue detém, inclusive, como marca de pertencimento étnico, entre outros aspectos, acabam por revelar que apesar de se tratar de universos particulares, ainda sim são “universos ciganos”. (CUNHA, 2015; 44)

Essa ligação com a natureza e a conexão que ocorre na família são as únicas que muitos plenamente confiam devido a essa fronteira étnica e o desconhecimento da cultura gadjô, sendo direcionado essa segurança para os relacionamentos amorosos também. Para Cavalcante (2019),

tem-se uma pressão pela união entre pessoas da mesma etnia e são sempre alertados pelos mais velhos a priorizarem esse tipo de relação. Pelo fato de haver uma falta de conhecimento sobre sua cultura e o preconceito histórico que vivenciam, principalmente com o acontecimento do Porrajmos, ocorre um sentimento de defesa para com as novas gerações, para não sofrerem a romafobia que sofreram e assim optam por manterem seus costumes reclusos e não abrir uma oportunidade de um relacionamento com um gadjô. A autora pôde identificar que existiram relacionamentos com gadjôs nas famílias que entrevistou para seu estudo e isso trouxe mudanças ao ambiente familiar. Elisa deu um exemplo do que aconteceria se uma gadjô casasse com um romani e “você ser mandada na altura do campeonato, casou... vai ser mandada pela mãe, pela irmã mais velha do cara”. Uma das consequências que gerou em algumas famílias pela miscigenação foi a perda dos preceitos de seus ancestrais pelo não ensinamento às novas gerações, ocasionando uma perda do significado do que é ser um romani para essa pessoa. Noutras situações, a fronteira se rompeu e então as famílias tinham mais contato com as duas culturas e até uma noção maior de defesa quanto aos seus direitos enquanto povos tradicionais.

Segundo Cavalcante (2019), as famílias entrevistadas no seu estudo optaram pela liberdade de cada um decidir o que achar melhor em relação ao fim da fronteira (CAVALCANTE, 2019; 85). Relatos interessantíssimos a respeito do que é ser uma romí, de viver no mundo da Roma e vivenciar o mundo gadjô se encontram nessas entrevistas. Cada uma com o seu livre arbítrio de decidir manifestar sua cultura fora de casa ou não. O limite da fronteira cada uma estabelece, segundo o estudo de Cavalcante (2019). É unânime, porém, que a casa é o melhor lugar em que estão, onde se sentem mais seguras. A autora pergunta para as interlocutoras de seu estudo o que significa “casa”. Para a kaldarasha Márcia, “é onde todos nós da família podemos estar, juntos, perto uns dos outros”. Para a lovara Sonia: “o lugar que eu mando, que eu descanso e que eu venho todos os dias depois do trabalho. A barraca também era minha casa, mas só a gente pensa assim, a sociedade, a polícia, os outros, a mídia, não pensam assim”.

Finalmente, para a lovara Anne: “é onde meu marido e meus filhos estão. Seja aonde for, esse é o meu lar. É a segurança de estarmos juntos e lado a lado” (CAVALCANTE, 2019; 108). A autora aponta o fato de que a família estar bem e unida é de responsabilidade quase exclusiva da romí, a mulher. Então, para a mulher há de se ter um caráter conciliador, muitas vezes tendo que se desfazer de suas subjetividades e desejos para manter a harmonia da casa. As entrevistas

mostram que todas lidam com essa pressão e dever de formas diferentes, mas sempre com esse ideal de segurança familiar compartilhado. Cavalcante (2019) aponta que pelas vivências diferentes, cada família se formou de forma autêntica, uns entendendo mais sobre a romanipen e o mundo gadjó que outros (CAVALCANTE, 2019; 109-110)

Estas informações compõem sua identidade. Como foi mencionado, a mulher tem o papel de manter a tradição dentro de casa para as novas gerações, bem como manter a união da família. Agora, com isto, abordo sobre a criação da corrente feminista do povo romani, bem como entender como qualificam toda essa tradição imposta a elas e mostrar relatos da Lucimara sobre isso.

2.4: O feminismo romani

Cavalcante (2019), no último capítulo de seu projeto, apresenta este assunto com os relatos das romís que entrevistou. Um exemplo da dificuldade de se viver no mundo gadjó sendo uma romí e com isso romper com a fronteira étnica se encontra no depoimento de Sonia Pereira Reis dado à autora. Mostra que o “ciclo do desconhecimento” dificulta essa quebra, muitos realmente não querem se manifestar pelas perseguições passadas e acabam exigindo isso dos membros de sua família:

Quando meu pai faleceu, meus tios e tias fizeram de tudo para eu desistir de estudar e me casar. Mas eu trazia um forte pensamento de que o estudo me daria condições de lutar contra as formas de discriminação a minha cultura. Aguardei todos os insultos dos meus parentes e até o afastamento deles do meu convívio. Consegui me formar na faculdade e, em seguida, tive a oportunidade de prestar concurso público na área de educação onde passei e trabalho até hoje. Venci mantendo a tradição. O pior preconceito é aquele que vem dos próprios romani. Isso me magoa muito (25 de outubro de 2018, Brazlândia, Distrito Federal). (SONIA apud CAVALCANTE, 2019; 85)

Em suma, ser romí no mundo da Romá, nas palavras da autora Cavalcante (2019):

A manutenção deste patrimônio cultural é a função peculiar das mulheres romani com a educação de suas filhas e filhos. Elas ensinam a tradição, o idioma, os costumes e valores morais que regem a conduta de cada grupo étnico e familiar (CAVALCANTE, 2019; 34).

Cavalcante (2019) pergunta o que as mulheres romani das famílias entrevistadas acham sobre o feminismo e pediu para que comentassem as circunstâncias de suas vivências atualmente. “Compreender é uma coisa, aceitar pacificamente essas representações é outra coisa totalmente diferente.” (Ana Paula Soria, romani Sinti apud CAVALCANTE, 2019; 95). Podemos ver uma crescente presença das romís no ambiente acadêmico, buscando acabar com o desconhecimento sobre a sua cultura e poder viver o mundo gadjó sendo uma romí sem receber algum tipo de preconceito. Fruto da, segundo a autora, dinâmica do sujeito pós-moderno em que nos encontramos, sem com isso perder a sua missão no âmbito familiar (CAVALCANTE, 2019; 96). A antropóloga Cunha (2015) também aborda essa noção do sujeito pós-moderno:

Afora isso, muitos grupos, especialmente aqueles que vivem um período “pós-nomadismo”, como vimos, sem fortes sinais diacríticos de distintividade cultural, ao tomar conhecimento dos direitos que lhe são garantidos, passam a reorganizar seus elementos culturais, num processo contínuo de reelaboração e afirmação étnica. (CUNHA, 2015; 48)

Para Cavalcante (2019), ainda está se construindo um feminismo romani sólido no Brasil, apesar de sua realidade não ser diferente das romís espalhadas pelo planeta. Foi realizado o I Congresso do Feminismo Cigano em Madrid, nos dias 17 e 18 de novembro de 2017, pela Associação de Ciganas Feministas pela Diversidade (AGFD). Romís aqui no Brasil tentaram participar, mas a autora relata que uma mulher ganhou a inscrição sendo teoricamente a representante do país, porém, vendo que se tratavam de assuntos que somente quem está no mundo da Roma entenderia, cancelou sua presença mas não deu tempo suficiente para outra representante conseguir se inscrever. Não tivemos uma representante brasileira, infelizmente, na

elaboração e no lançamento do primeiro documento escrito por mulheres romani: o Manifesto do Feminismo Romani (CAVALCANTE, 2019; 97).

O início da discussão sobre feminismo nas famílias romani no mundo, segundo Cavalcante (2019), se deu com questionamentos das romís a respeito de seus direitos em cada ambiente particular dessas famílias, até essa questão sair dela e criar uma ação mais comunitária com a formação de uma rede denominada “Me seen Rromí”, que significa “Eu sou mulher romani” (CAVALCANTE, 2019; 98). Para a autora, o feminismo romani funciona nos pilares de ser um movimento que combate o patriarcalismo histórico em que estamos inseridos e que também se fundamenta no contexto da vivência de ser uma romi (CAVALCANTE, 2019; 100). Cavalcante (2019) fez diversos exercícios com as entrevistadas a respeito desse tema. Inicialmente, pediu para acharem a melhor definição do que consideram “feminismo” na internet. Decidiram que o melhor significado seria um segmento que indica um aumento das atribuições das mulheres e uma ação que lute nesta lógica, de um movimento para combater também as mais diversas opressões que vivem, buscando um lugar político próprio. Todas afirmaram ser uma questão importante (CAVALCANTE, 2019; 101).

A partir dessas entrevistas, retiro os relatos de três rromí em seu estudo que se chamam Marcia Castilho, Anne Kellen e Sonia Pereira Reis. Elas dizem muito sobre a nuance de se viver nesses dois mundos e propor romper com a fronteira étnica. Começo transcrevendo parte do relato de Anne Kellen, romí lovara que é artesã, mãe de uma menina e um menino. Tem o apoio do marido, também rom lovara, em relação a sua luta enquanto mulher romani. Realiza apresentações e exposições artísticas. Atualmente faz graduação em biblioteconomia na Universidade Federal de Alagoas e pensa em fazer um espaço cultural romani. Sobre a filha e sua família:

“Eu fiz a opção por me identificar, ela fará isso se quiser. Quando ingressamos nessa luta, temos de ter certeza de que virá e as perseguições. As falas enviesadas são constantes, não é uma vida fácil.” (CAVALCANTE, 2019; 103)

“Minha família decidiu seguir a vida, estudar e romper com a perseguição histórica. Preservamos a família. Estamos juntos, podemos estudar, romper muitas barreiras. Muito tem se perdido, os sobrenomes por

exemplo. Eles foram modificados pela sobrevivência da família”.
(CAVALCANTE, 2019; 106)

Na resposta de Marcia Castilho, romí kaldarasha que é empreendedora, destaca a vida difícil que é viver sendo uma kaldarasha no mundo gadjó. Sobre o “espaço” onde reside seu trabalho, conta como se sente:

Cansada e desanimada. A gente vive de venda, do comércio de cidade em cidade. É difícil. Às vezes ficamos em pousadas, às vezes temos de dormir no carro, comemos mal. Filhas: Trocamos de roupa no carro muitas vezes.
(CAVALCANTE, 2019; 106).

Relato muito interessante encontramos também com Sonia Pereira Reis, funcionária pública romí lovara, graduada em Administração Pública e Serviço Social, com pós-graduação em Gestão Pública:

Eu lutei muito para ser funcionária pública, mas meu salário é pequeno, quase não consigo fazer tudo que preciso, recorro aos artesanatos porque sou artesã. Complemento meu salário porque sempre temos que ajudar alguém e eu ainda ajudo minha avó que mora na Espanha. Eu finquei o pé. Quero respeito e luto por isso. Procuro entrar em programas e cursos para ampliar meu trabalho voluntário com mulheres romani, rurais e vítimas de violência. Não é fácil, mas eu sou teimosa. Eu vou continuar, não vou desistir. Minha filha não se identifica lovara nos espaços de convivência com os gadjós. Diz que não quer passar o que já me viu passar. Hoje sou respeitada, mas não é fácil não, dentro e fora da comunidade é bem difícil.
(CAVALCANTE, 2019; 107)

Lucimara também comentou sobre o papel da mulher na Romá em minha entrevista e em sua busca pelo fim da fronteira. Compara com o trabalho com os homens, adicionando o contexto da pandemia da covid-19:

As mulheres, a gente dá conta de fazer elas refletirem mais. Agora dos homens, pra tirar é mais difícil. Falando não adianta, tem que chamar os primos, aí é diálogo de homem pra homem pra ver se ele tem entendimento e assim é muito pouco, entendeu? Muito pouco mas estamos fazendo bastante oficinas com os homens, dando entendimento para eles. Esses que já tem um pensamento mais assim de diálogo, que são defensores dos direitos humanos, de mulheres, juventude, a gente tá cada vez mais fortalecendo para que eles sejam, entendeu, conversem principalmente com homens, aí a gente meio que estabeleceu, nós conversamos com as mulheres, eles conversam com os homens. Eles estão se fortalecendo, eles tão começando a ter entendimento daí você vai notando que na pandemia foi um ponto até muito interessante porque como ficou todo mundo um pouco mais parado, dentro das suas casas, não podiam mais fazer as vendas, a gente aproveitou pra fazer reuniões pontuais com eles. As mulheres, elas estão mais ativas, são mais ativas nas defesas dos direitos, ainda temos isso a mudar, para que os jovens possam fazer essas mudanças. (LUCIMARA)

Espero ter apresentado um aparato elucidativo sobre o povo Rom e que tenha deixado mais familiar para o leitor e a leitora as características da cultura e que permeiam a identidade desse povo. Agora, retomo as questões das fronteiras. Essas que emergem por medo que o rom tem de sofrer as perseguições que sua família sofreu, por também não conhecer a cultura gadjô. Muito menos a cultura gadjô conhece a sua cultura e algumas pessoas acabam projetando estigmas de um senso comum de que são itinerantes, com um caráter de malandro. Uma fronteira étnica que se formou por causa da romafofia de tempos passados que os fizeram ter que optar em viver ou não a sua cultura na sociedade, sofrendo as consequências disso. Justamente romper com esse ciclo que é o trabalho da AMSK e Lucimara comentou comigo o porquê de tanto tempo na invisibilidade e a noção de que esse é um trabalho que começa a se consolidar e que será passado para as próximas gerações:

Lucimara: Quando você nota a discriminação ela é promovida também e a permanência dessa discriminação ela é promovida porque somente agora no século XXI começam os romani pesquisadores, pesquisadoras, dentro das instituições de ensino superior. Então, por exemplo, nós estamos jogando as sementes para que as nossas futuras gerações colham o fruto dessa árvore que vai nascer, entendeu?

Lucas: Que elas possam ser da Romá e...

Lucimara: Exatamente! Não omitir que pertence a Romá ou o grupo, a etnia, entendeu? Porque agora nós temos pesquisadores, pesquisadoras romani fazendo comparações, trazendo os conceitos da academia, mas também que nós fomos percebendo e a gente tá dialogando com Espanha, Brasil, Portugal. Nós fomos, os nossos anciãos ficaram tão afastados da nomenclatura, da pesquisa, que quando a gente vai ver as pesquisas agora, a gente tem um olhar mais crítico daquilo que falaram de nós. Então, Lucas, a gente tá percebendo sim o racismo epistemológico. Que a gente comece a discutir isso.

CAPÍTULO III: AS FRONTEIRAS

3.1: Introdução

Com a apresentação da história do povo Rom abordamos conceitos que compõem sua identidade como a romanipen, casa, família e um pouco da vivência que passaram. Neste capítulo desejo retomar a questão do que chamei de fronteira invisível a partir do fato de que muitas famílias mantêm no anonimato a pertença à sua cultura e identidade. Isso é fruto da romafofia e do ciclo do desconhecimento que acompanhou o seu povo, em que a sociedade gadjô quase nada sabe sobre eles realmente. É importante expor essas questões porque no último capítulo apresento as conquistas da AMSK no combate ao fim desse ciclo, contando também suas vivências de serem romís no mundo gadjô e a luta para poderem se mostrar, junto com os seus semelhantes, como pertencente a esse povo no Brasil com seus devidos direitos enquanto povos tradicionais. Meu objetivo também de contribuir para manter seus preceitos vivos nas famílias e nas gerações futuras.

Esse capítulo será permeado por várias obras que contam sobre essa relação romani-gadjô que vem complementar os relatos de minhas interlocutoras Sam, Elisa e Lucimara. De forma complementar, autores que dissertam sobre o sentido de “fronteira étnica”, “estigma”, “resistência” ajudarão a compreender alguns desses aspectos.

O meu pano de fundo é a luta da AMSK, que procura oferecer resistência à fronteira que emerge para que sua cultura também tenha espaço, propondo um diálogo mais fraterno dentro da família, bem como com a sociedade gadjô, buscando o bem-estar de todos. Resistência também para que a sua cultura seja perpetuada pelas gerações e não se perca perante o mundo capitalista. Para começar essas discussões, trago o relato da Lucimara sobre o tratamento de um agente público da área de saúde que ia fazer testes de Covid-19 nas famílias de uma comunidade residente em bairro na capital de São Paulo. O que chama atenção nesse episódio é a reação de algumas pessoas, de desconhecimento sobre sua cultura. É um exemplo também do papel da AMSK em mediar essa situação e reivindicar seus direitos e o respeito com as famílias:

Lucimara: Quando a gente pediu pro Ministério Público, aí foi pro Brasil inteiro. Em São Paulo tem um bairro, fica perto de Guarulhos. Esqueci o nome, tem uma rua também, tem muitos e muitos romani. Aí quando o agente chegou, chegou naquela rua, naquele bairro, olha a frase que fala... Como elas relataram pra gente o que eles tinham falado, que a gente sabe que é racismo, é discriminação, um racismo estrutural. Chegou o agente de saúde falando assim "ah, por que esses ciganos? Então são vocês que estão propagando a covid aqui em São Paulo, né?" para fazer o teste! Ou seja... As famílias ficaram assustadas, tipo "ele tá aqui pra fazer o teste ou pra mandar a gente embora?" aí nos reportaram essa situação e a gente foi também no Ministério Público: "olha, o agente público daquele bairro falou isso"

Lucas: Houve alguma resposta?

Lucimara: Até agora não porque foi agora no mês de outubro que aconteceu, nós estamos aguardando a resposta. Então é isso, Lucas. É isso que vem acontecendo. Quando a gente trabalha pra o entendimento de direito e aí a gente também nota que quem tá no meio dessa discriminação, para não ficar sem teste da covid, ficou calado. Não foi pra cima, entendeu? Porque senão a pessoa não iria fazer o teste, era motivo pra não fazer o teste e depois ser agredido. "Eu fui agredido por aquele cigano".

3.2: O cigano “Rum Montilla”

Começando a adentrar nesses conceitos, disserto agora sobre uma categoria de pessoas que não pertencem ao povo da Romá. Porém, perante ao povo romani e aos gadjós, se denominam pertencentes e apresentam características da cultura, como vestimentas e danças, de uma forma estereotipada e sem saber os motivos por trás daquelas roupas e passos, que tem um significado. São chamados de “Cigano Rum Montilla”, segundo a interlocutora Elisa. Ela denomina esse arquétipo pelo rótulo de uma bebida chamada Montilla, um rum que apresenta um desenho de um pirata que é característico para muitos de nós, como a figura do chamado “cigano”. Nas palavras de Cavalcante (2019):

Esses gadjós, com organizações na maioria das vezes fictícias, sem personalidade jurídica, muito menos com o objetivo de defesa de uma identidade cultural e política, propagavam uma crescente folclorização da “cultura cigana”. Balançar saias multicoloridas e personificar piratas com lenços na cabeça tornavam-se estereótipos de nossas expressões culturais. (CAVALCANTE, 2019; 63)

Sobre isso, tem-se um relato de Lucimara na minha entrevista fazendo uma analogia com a dança do ventre que achei muito interessante e demonstra uma estratégia da AMSK para o combate a essa propagação errada de seus preceitos e uma inserção melhor orquestrada de sua cultura na sociedade gadjó. Uma inclusão proporcionada pelos próprios atores desse povo:

A gente tá começando a bater pesado porque começou a se criar as professoras de dança cigana, que já se criam assim: estágio 1, 2, 3, 4. Então, aquela professora que começou, é como se fosse judô. Como se fosse arte marcial, quando você se identifica: “eu sou do sensei tal, que foi aluno do sensei tal”, você vai contando a tradição. Está exatamente igual a dança cigana aqui no Brasil. Na “era Instagram” que a gente tá vendo assim, uns horrores. Aí a professora vem e fala: “porque eu sou aluna da fulana de tal” e eu falei: “fulana de tal, quem é essa fulana de tal?”, entendeu? A Sam está se formando, deve ser a terceira pesquisa que vai fazer e ela tá se formando em uma graduação em dança né? Tenho certeza que até o TCC dela vai ser fantástico, pra gente poder propagar e o Michel, que é o esposo dela, eles tão batendo de frente no Facebook. Um dia ele soltou um vídeo falando romanês, mas os não-romani não entenderam, então, ele fez outro vídeo falando em português, ele falou: “olha, vocês gadjós, vocês gadjís, ou brasileiros, muito obrigado por vocês quererem que a nossa cultura ganhe um espaço na cultura brasileira. Agora dizer que é venda de cultura, não é. Vocês não sabem como são as nossas danças, vocês não sabem como é a nossa música, então parem de falar

isso. “A verdadeira dança cigana”, parem de dizer isso”. Ele esse ano pegou pesado porque tava demais. Está por demais e ele está em São Paulo, pessoal do Rio de Janeiro e São Paulo é o núcleo, é a dança artística que estão se apropriando. São professores de dança e eu falei com eles assim “nós temos que fazer igual os árabes fizeram”. Na hora que a dança do ventre começou a vir ao ocidente, que viu aonde ia levar o assunto porque ela é uma dança própria para o corpo da mulher e pro corpo do homem para buscar o que, que o sistema imunológico alinhe todos os organismos, principalmente da parte pélvica, então é uma dança sagrada para fertilidade, para quem tem problemas na relação sexual. Que que aconteceu aos árabes, eles começaram a abrir a casa de chá e a trazer as suas dançarinas pra mostrar que não era exposição do corpo e aí eles começaram a se apropriar da cultura deles. Agora, a gente teve uma conversa, do ano passado pra cá, bastante forte, eu falei “a gente tem que fazer como elas, como as do oriente fizeram” isso aí não é dança mas não chegar e falar pra eles, nós vamos aparecer dançando, nós precisamos começar a aparecer dançando, precisamos fazer as nossas oficinas online. Nós precisamos dar conhecimento à população brasileira que é o passo da dança. (LUCIMARA)

Muitas pessoas gadjô estranham quando alguém se diz do povo romani mas não está apresentada com as características do estereótipo de um “cigano Rum Montilla”. As interlocutoras mencionaram que um dos grandes problemas, principalmente no contexto atual da extrema direita em voga, está em se denominar como romís brasileiras ao falar com um gadjô brasileiro. Há uma intensa repressão e uma negação quanto a isso. Elas reclamam que os gadjós não entendem como que elas são brasileiras e da Romá. Diz que quando a discussão fica pior, geralmente ouvem para saírem e morar no país delas, ainda que sabendo que não existe um país apesar de serem uma nação:

Sam: Se tu for realmente ser cigano... é complicado porque como eu tava te falando anteriormente, se a gente vai conversar tipo, ela é cigano e você

não é cigano e aí a gente vai conversar e chega um ponto que tu não aceita mais o que a gente fala, entendeu? Que é o que aconteceu, a pessoa bate na mesa e diz “mas você é brasileiro”, entendeu? “Vocês não tem nem país, como é que tu quer plantar tua cultura aqui dentro?”. Então assim, a questão de “não temos preconceito” vai até o folclore... daquela roupa que tu conhece, que as pessoas olham e te admiram ... a gente não tem preconceito

Elisa: Vem de D. João VI, é lindo

Sam: Mas a partir do momento em que tu passa a dizer pra eles que tu tem uma cultura e que a tua lei primeira é da tua cultura e não do país que tu vive... o pau fecha

Para melhor compreender esse estigma do “cigano Rum Montilla”, me vem com inspiração uma obra do antropólogo Frederik Barth (1995) chamada *Etnicidade e o conceito de cultura* (1995) que aborda sobre o conceito de “mitos culturais”. Nesse texto primeiramente, o autor discorre sobre a categoria “cultura” e “etnicidade”. Enquanto a “cultura” é gerada por um processo de interações de certa forma fluida entre pessoas, ocasionando mudanças em cada uma delas, no caso da “etnicidade”, a sua sustentação é feita por meio das fronteiras que emergem principalmente do lado hegemônico gerando um estereótipo, ocasionando um preconceito contra as pessoas que não se enquadram nela. Transportando para o caso deste estudo, mandando as romís “saírem daqui” e assim procurando manter o ciclo do desconhecimento:

“Vejo três processos (...) que gostaria de ressaltar: os processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências. A cultura que cada pessoa está acumulando e vivendo está em constante reformulação, não apenas devido à sua expansão, mas também por ser limitada e canalizada por esses três processos.” (BARTH, 1995; p.22)

A personalidade do assim chamado cigano é dominada e tudo o que não for da personalidade social construída é negada, impedindo uma ressignificação, porque junto com o significado visual do “cigano Rum Montilla”, também vem o significado no dicionário e no

imaginário de muitas pessoas. Cunha (2015), com sua pesquisa com os acampamentos romani de Sousa-PE, aborda essa questão:

Ora, os ciganos, quando não eram ignorados, foram quase sempre rejeitados. Durante nossa pesquisa, dificilmente ouvia um discurso que se desdobre numa valorização da cultura do grupo, ou ainda, que enalteça a presença dos mesmos na cidade que se fixaram. Estas características – depreciativas – para os não ciganos, aparecem como imutáveis e transmitidas através do sangue e, por isso, no senso comum, o indivíduo por ser cigano, está biologicamente destinado a apresentar determinados atributos e, conseqüentemente, desenvolver comportamentos desviantes. (CUNHA, 2015; 18)

Barth (1995) afirma que todas as generalizações feitas até agora provaram ser erradas. Esses fatores impedem que um Rom mostre o que de fato é a sua cultura, a noção que vem do nome “cigano” dificulta essa resignificação porque ele já é impregnado por um estigma muito forte. No próximo tópico, aprofundo melhor essa questão.

3.3: O estigma de ser um Rom

A dificuldade de expressar a sua romanipen é enfrentada no mundo todo, como relata Lucimara sobre a pesquisa da antropóloga Jamily Cunha e de um episódio que aconteceu com ela quando estava numa reunião em Lisboa. Na Europa a cultura é muito mais externalizada à sociedade gadjô. Como nas vestimentas, exemplo dado no capítulo anterior sobre algumas famílias terem o costume de andar só de preto todos os dias, durante um ano, em razão de um falecimento na família. É também um modo dos gadjós identificarem facilmente quem é romani. No Brasil os romani se sentem mais reclusos em expressar seus costumes, por isso, acredito que o racismo no continente europeu é menos velado do que aqui:

Ela viu assim, como o governo português fez com os romani de lá. Construíram prédios residenciais. São esses prédios residenciais padrão e

colocou os romani lá. Então, os portugueses não-romani falam assim "não vai ali não porque ali só mora romani". Ela viu isso de perto. A discriminação, ela é tão pesada que as pessoas que estão no meio já não sabem mais. Como se fosse normal que elas não têm mais força pra lutar. Somente nós ativistas. Vou te dizer o que aconteceu com a Jamily. Nós tivemos participando da Reunião de Antropologia que aconteceu em Lisboa. Foi no mês de junho de 2019, a professora Jamily e nós fomos no alto comissariado de migração, que tem um projeto, então nós fomos lá fazer uma reunião para explicar como que estava aqui no Brasil porque a gente queria trazer a experiência deles pra cá. Então a professora Jamily nesse dia estava toda vestida de preto. Aí ela resolveu entrar numa livraria de livros antigos e a gente com os romani andando na rua. Ela sofreu na pele o preconceito e a discriminação. Ela entrou pra ver se tinha livros sobre cultura cigana, sobre ciganos. Quando ela foi falar essa palavra, a atendente disse: "o que você quer aqui? Vai saindo porque aqui não é esse lugar" aí ela "nossa, eu não sou daqui de Portugal não... sou brasileira" aí a dona falou: "Que me importa? Eu sei do qual você pertence, a laia que você pertence" e ela saiu murcha daquela loja e a gente tava lá rindo porque a gente estava conhecendo o trabalho dele. Estava com o alto comissariado, os romani trabalhando lá, jovem, tudo trabalhando feliz lá. Ela ficou quieta, não falou nada. Quando chegamos no apartamento que ela foi nos contar o que que havia acontecido com ela naquela loja. "sabe Elisa, por que que eu não contei pra vocês? Porque eu sei que vocês iam tomar uma atitude com aquela mulher. Porque vocês são ativistas, vocês não iam ficar calados e os romani portugueses iam pra cima também". Eu falei "é exatamente isso que a gente faria. Isso também porque a gente tava com o alto comissariado, a gente já falava e mandava fechar porque eles passam ali todos os dias naquela rua. Aí ela disse "por isso mesmo que eu não fiz mas eu sei agora, agora eu sei, eu passei, eu vi no olhar dela o ódio porque eu estava de preto", então eu falei "pois é porque aqui vocês

vêm que eles andam de preto, é fácil de se identificar’, só eles andam....
(LUCIMARA)

Aqui no Brasil a invisibilidade é maior do que na Europa. Para falar disso, me inspiro no artigo da professora da rede pública estadual de Santa Catarina, Marta Vanelli (2010), chamado *Nomadismo Cigano: migração dos excluídos* (2010) que versa sobre a dificuldade do povo rom no Brasil na busca não pela inclusão social, mas sim por sua autonomia como ser romani. Vanelli (2010) relata em seu estudo e Elisa também atesta na entrevista, que são povos com índices altíssimos de ausência de certidão de nascimento, evidenciando a sua invisibilidade no mundo gadjô:

Viver em um sistema paralelo e sectário impulsiona duas formas de exclusão social aos povos ciganos: a primeira, advinda pelos próprios ciganos, que da sociedade gadjé se distanciam por não comungarem as mesmas concepções de vida, e a segunda, pela estigmatização atribuída pelo Estado e pela população não-cigana, por desconhecerem os modos de vida, costumes, culturas e tradições dos povos ciganos. (VANELLI, 2010; p.260)

Como argumenta Vanelli (2010), a população gadjô é indiferente quanto a existência do povo romani por não os conhecerem. Já o povo romani necessita de uma certa relação com os gadjô para a sua sobrevivência; por exemplo, por causa do comércio, fonte de subsistência da grande maioria. Entretanto, muitos mostram-se receosos quanto a conviver com os gadjôs, muito pelas questões das grandes guerras que foram mencionadas no primeiro capítulo e com isso o medo de se expor. Por isso, o trabalho da AMSK se torna tão importante. Elisa, uma pessoa imersa no sistema que historicamente negou sua etnia, é presidenta de uma Associação que, além de propagar a cultura romani para o mundo gadjô, busca dar um suporte jurídico para seu povo, procurando romper com o ciclo do desconhecimento, com o papel de fazer a ponte dessa relação, rompendo com a fronteira étnica. Acabar com o estigma que o povo romani carrega fruto desse desconhecimento de sua cultura e a conotação preconceituosa do significado que carrega o nome

“cigano”. Sobre isso, há um outro estudo que foi abordado também no artigo de Vanelli (2010), do antropólogo canadense Erving Goffman (1963) que explora esse conceito do estigma social.

Erving Goffman, em sua obra *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1963) versa sobre esse conceito do estigma e do descrédito, a forma e o que a pessoa, como indivíduo, apresenta sobre si para a sociedade. Na Grécia Antiga e nas décadas posteriores, segundo ele, se prestava atenção se a outra pessoa possuía alguma marca em seu corpo que poderia revelar alguma “maldade” que ela carregava. O importante é que, segundo Goffman (1963), ao entrarmos em contato com alguém considerado estranho, as impressões antecipadas por nós auxiliam a imaginar o grupo ao qual a pessoa talvez pertença, o que ele denomina de “identidade social”. Estando nesse contato com “o outro”, criamos uma expectativa perante as pré-condições impostas por nós e não questionamos essa nossa característica julgadora.

Goffman (1963) enumera três tipos de estigma: os de caráter corporal, os de caráter ocasionado por um acontecimento, como a pessoa ser alcoólatra e, portanto, ser considerada uma pessoa violenta e por último, o de caráter religioso, de raça ou nação, sendo passada por gerações, caso do povo Rom. Criamos teorias para dar motivos à não inserção da pessoa na sociedade, racionalizamos os acontecimentos de suas “derrotas” que às vezes se misturam com outros fatores, como a situação econômica. Para Goffman (1963):

Além disso, podemos perceber a sua resposta defensiva a tal situação como uma expressão direta de seu defeito e, então, considerar os dois, defeito e resposta, apenas como retribuição de algo que ele, seus pais ou sua tribo fizeram, e, conseqüentemente, uma justificativa da maneira como o tratamos apenas como retribuição de algo que ele, seus pais ou sua tribo fizeram, e, conseqüentemente, uma justificativa da maneira como o tratamos. (GOFFMAN, 1963; p.8)

Goffman (1963) viu casos em que a pessoa que está sendo estigmatizada se torna indiferente quanto a expectativa que o outro impõe. Mais ainda, que os “normais” seriam eles e que falta é aos gadjós (nesse caso específico) um pouco de humanidade (GOFFMAN, 1963; p.9). A batalha dos integrantes da AMSK em viver uma vida na sociedade gadjô mantendo os

preceitos o aparato histórico de seu povo, dentro da família e fora dela, é constante. Outra autora que aborda esse tema, transportando para o contexto da modernidade, é Anna Clara Viana Oliveira (2013) com seu estudo chamado *A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas* (2013). Nela, Oliveira (2013) busca fazer um aparato da construção da imagem do povo romani no contexto da modernidade, com a sua “crise de identidade” (OLIVEIRA, 2013; 13). Ela investiga como suas práticas sociais foram construídas em todo esse processo e a existência de grupos locais em resistência ao liberalismo atual. Propõe o “ser romani” como uma nova forma de vida que não é estereotipada e sim, moderna.

Durante seu estudo, ela aborda a visão de vários cientistas sobre o conceito de “identidade”. Apresenta a dicotomia que existe nele, de você ser alguém autêntico e ao mesmo tempo estar em ambientes que te transformam toda hora. Tendo como referência o sociólogo jamaicano Stuart Hall (1996), complementa que os sujeitos estão sendo fragmentados, construindo várias identidades concomitantes como fruto dessas intensas relações (OLIVEIRA, 2013; 38).

Com a modernidade, entramos em um sistema que, segundo ela, é ocasionado por relações de intensas rupturas e nos dá a opção de sermos sujeitos com identidades individuais que não se subordinam completamente às características de seu povo. Cunha (2015) também faz essa observação em seu estudo:

Neste sentido, índios do Nordeste e/ou ciganos do Nordeste, mais do que qualquer outra minoria, enfrentam muitos desafios quando acionam ou demarcam sua identidade, justamente pela dificuldade que ainda persiste em considerar esses indivíduos como sujeitos ativos e criativos no sentido de que são capazes de reconstruir e reelaborar sua identidade, sem deixar de ser quem eles dizem e querem ser. (CUNHA, 2015; 46)

Exatamente por isso que Oliveira (2013) destaca a ferramenta do “discurso”, aparato que a AMSK detém muito bem, para reivindicar espaços e conquistá-los, dando suporte para outras famílias romani fazerem o mesmo. Tendo como base que o método do discurso também serve como forma de dominação, Oliveira (2013) chega a conclusões importantes quando busca exemplos do seu argumento em *sites* sobre o povo romani. A autora mostra que o aparato do

discurso foi historicamente usado para manifestar certos “problemas” que existem na sociedade e direcionando a causa à presença do povo “cigano”. Trago como exemplo o significado da palavra “cigano” num dicionário de 1712, escrito pelo padre Raphael Bluteau:

Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito (BLUTEAU, 1712, p. 311-312 apud OLIVEIRA, 2013; 85)

Lucimara também aborda esse estigma que carregam desde os primórdios, juntamente com a sua consequente busca por invisibilidade. Como se fossem povos que pertencem ao imaginário das populações e nem na categoria de “povos tradicionais” eles são lembrados muitas vezes. Estigma que a AMSK pretende quebrar rompendo com o ciclo do desconhecimento de sua cultura:

Lucimara: Na hora que você ler a dissertação, a parte histórica, você vai entender que vem dali, de séculos. A própria igreja católica ela tinha os jornais, os boletins, que eram impressos para mandar pros seus fiéis. Vou te dar um exemplo, esses dias aconteceu, ou foi ano passado, em maio do ano passado, aquela reunião fatídica. Foi propagado pelo governo, o Ministro da Educação. Ele falou “eu odeio esse povo cigano”. Ele falou isso. Faz uma busca na mídia. Ninguém falou “odeio povo cigano”, só indígena. Ninguém falou cigano. Por aí você já tem ideia do estigma.

Lucas: E da invisibilidade, né?

Lucimara: É! Entendeu? A AMSK fez um editorial. Tudo o que a gente faz não faz estardalhaço nenhum. Teve uma organização romani que fez e chegou no jornal do Estado.

Tendo como base principalmente a obra *Cultura Cigana, nossa História por nós - Parte I* (2011) e *Cultura Cigana, nossa História por nós - Parte II* (2012) de Nicolas Ramanush (2011), então presidente da ONG Embaixada Cigana do Brasil, Oliveira (2013) desmistifica o termo nomadismo que é ligado ao povo e a nossa imaginação, mostrando que na verdade é fruto de perseguições históricas. Esse fato corrobora com um relato de uma liderança calon em um estudo feito pela CODEPLAN (2016) - Companhia de Planejamento do Distrito Federal, chamado *Invisibilidade e preconceito: um estudo exploratório dos ciganos no Distrito Federal* (2016). Essa liderança que atualmente tem uma residência física em Sobradinho conta um pouco do que sofrem desde os primórdios:

“Nós ficávamos viajando o mundo inteiro e muitas pessoas achavam que a gente viajava porque queria. (...) A gente viajava muito porque a gente não tinha oportunidade, nós viajavamos demais porque não tínhamos oportunidade. Quantas e quantas vezes que a gente chegava cansado e que tinha que continuar andando. (...) às vezes a gente cansado, a gente tinha de passar de cabeça baixa e a gente não tinha oportunidade, nem de voz, chegava cansado e não podia ficar.” [(Vanderlei) CODEPLAN, 2016; 26]

Oliveira (2013) relata que muitas tribos nômades são automaticamente relacionadas a um assim chamado “cigano” e a sociedade hegemônica é indiferente quanto a pluralidade dos povos que chegaram à essas terras desde a época da colonização. Quando são acusados de roubo, não se nomeia a pessoa que roubou e sim, que é um dito “cigano”, exemplo dado por Ramanush (OLIVEIRA, 2013; 91). Esses exemplos mostram o porquê de muitas famílias romani optarem pela reclusão. Esses estigmas fizeram suas famílias sofrerem por gerações. O fato de terem uma característica nômade vem justamente dessa romafofia, de não se sentirem à vontade onde estão, recebendo todo tipo de preconceito. Abordo essa questão no próximo tópico.

3.4: O território dinâmico

Para começar, perguntei diretamente à Lucimara na entrevista se o nomadismo é consequência direta da romafofia que sofreram. Com isso, ela teve outras reflexões a respeito,

dando um exemplo de um rompimento da fronteira étnica que aconteceu com uma família e seus vizinhos, depois de muitas mudanças:

Sim, não há dúvida e eu até provei isso na dissertação com esses fatos que aconteciam. Essa fronteira étnica ela começa provocada pela própria classe hegemônica, se você raciocinar comigo, se a gente for por exemplo assim, morar num lugar, as pessoas ficam apontando pra gente como se fôssemos assim, dois indivíduos de outro mundo. Como vai ser a nossa reação? Nós dois temos entendimento de “vamos pra cima”, nós vamos pedir os nossos direitos, nós somos iguais a vocês. Agora, quem não tem esse entendimento vai cada vez mais ficar recolhido. Teve a Dona Saveta, ela é uma kaldarasha. Primeiro, ela dançava maravilhosamente bem e ela é da Argentina. Então eu: “mas como a senhora fazia por exemplo, quando todo mundo na rua onde vocês estavam morando, na casa onde vocês moravam, ficavam perguntando, dizendo pra senhora que roubavam crianças, que os filhos roubam crianças, como que era?” ela falando assim: “olha, eu não me preocupava porque quando começavam as brigas com os vizinhos a gente ia embora, eu mesmo falava com o meu esposo, “vamos embora daqui””, então olha só, quando tinha a saída, ia embora. Quando chegava no outro local, pensa a dificuldade. Começar tudo de novo, pegar amizade. Aí ela falava pra gente: “os brasileiros não deixavam eles vim aqui pra brincar com os meus meninos” e ela também não deixava elas brincar na casa deles e elas ficavam na rua até que um dia ela conseguiu quebrar essa fronteira étnica. Foi na casa e lá chegaram muitos familiares, resolveu convidar os vizinhos junto com o marido. Foi a coisa mais linda, porque todo mundo viu as danças, a comida, elas explicando. Aí quando chegou o final de ano que ela ficou ali, os vizinhos a convidaram pra estarem na mesa deles e lá ela ficou durante muito tempo até a falecer então a gente nota assim, depende muito sabe? Depende da reflexão da pessoa, depende muito dela querer, se ela quer aquele diálogo. Ela, enquanto de uma família étnica, ela pode promover. Agora, se ela já tem

algum rancor, alguma mágoa, ela vai cair naquele rancor e mágoa e a gente tem que fazer aquele trabalho pra tirar aquele rancor e mágoa e a gente faz assim, pega muito esses exemplos. Quando a gente vê as famílias muito rancorosas: "não quero aqui", a gente faz assim: "você já parou pra pensar que os brasileiros devem estar pensando a mesma coisa de vocês, que não querem vocês lá? Suas meninas, os meninos estão na escola, é esse o comportamento?". (LUCIMARA)

Suas dinâmicas territoriais foram fruto dessa “aprovação” ou não que tinham dos gadjós de ficar na mesma região que eles. Dependia da forma como a sua recepção era qualificada. Esse tema foi proposto no trabalho de conclusão de curso de Thayse Limeira Costa (2017), estudante da Universidade de Brasília, com seu projeto chamado *Para onde ir? Por que ficar? Uma etnografia pelo direito de ir, vir e ficar dos povos ciganos* (2017). O trabalho de Costa (2017) buscou retratar o histórico itinerante do povo romani, do significado de “ir” e “vir” que permeou e faz parte também da construção da cultura. Com o estudo de caso no acampamento calon que se encontra na região de Sobradinho (DF), versa também sobre o conceito de “ficar” para esse povo, representado por este acampamento assentado há vários anos na região. No primeiro capítulo, ela relata um experimento que aconteceu tanto na Europa quanto aqui no Brasil, em que crianças que pertencem ao povo romani foram reunidas para lerem o significado da palavra “cigano” no dicionário. O que Costa (2017) coloca, com relação também ao texto de Barth (1995) mencionado sobre os “mitos culturais”, é que precisamos ressignificar todos esses estigmas que acompanham o povo romani em sua história:

É impressionante como essas definições discriminatórias, que ainda resistem ao tempo, fundamentam a construção de uma identidade social. No movimento atual, precisamos trazer à luz as vozes silenciadas para desconstruir os estereótipos pejorativos ou como afirma Barth, os “mitos culturais” precisam ser desconstruídos. (COSTA, 2017; p.19)

Outra obra de Barth (1969) que trata sobre a questão de como esses “mitos culturais” dificultam a ressignificação se encontra em *Os grupos étnicos e suas fronteiras* (1969). Na

sociedade em que vivemos, o autor argumenta que a identidade étnica que tal sujeito carrega acaba restringindo o seu comportamento:

O que realmente importa é quão bem os outros, com os quais alguém interage e é comparado, realizam sua ação, e quais identidades e conjuntos de padrões alternativos estão abertos ao indivíduo. (BARTH, 1969; 210)

O artigo de Schwarcz (2005) mencionado no capítulo anterior, compartilha de uma mesma linha de raciocínio ao falar da situação dos povos indígenas na América Latina:

Uma clara revisão tem demonstrado, entre outros temas, como não basta dar aos povos nativos ora o papel de heróis que lutam pela conservação de sua cultura, ora o de vítimas passivas. Além do mais, no lugar da noção de culturas "puras", vários trabalhos insistem atualmente nas estratégias de negociação e de reformulação de identidades: na fronteira. Trata-se de uma linha que, em vez de acreditar que o discurso sobre os povos de tradição não europeia serve para iluminar nossas "representações do outro", passa a indagar de que forma os "outros representam os seus outros". (SCHWARCZ, 2005)

O caráter mais político é uma forma de manter a cultura viva e de se articular com outras, como é o caso da AMSK. Há o medo de sua cultura ser esquecida pelas novas gerações, cada vez mais imersas na cultura gadjó. Essa reflexão será desenvolvida no próximo tópico. Por ora concluo com uma fala de Lucimara sobre a língua romani e esse processo de acultramento que ocorre em muitas famílias de povos tradicionais:

Quem tem, por exemplo, videogame, ele vai querer aprender o inglês porque a maioria dos jogos é inglês, aí você está entendendo para onde vai o caminho. Lá na Europa ainda o idioma é, vamos dizer assim, é o que salva vidas porque lá não tem perseguição velada, é perseguição mesmo, é assim no dia, no claro (LUCIMARA)

3.5: A cultura vive

Com todos esses percalços expostos, que impedem o fim do ciclo do desconhecimento e da fronteira étnica, cresce um receio e uma resistência também em grande parte do povo Rom para que sua cultura não se perca, que as novas gerações não sejam absorvidas totalmente pela cultura hegemônica. Quanto a isso, uso como inspiração o antropólogo Marshall Sahlins (1997) com sua obra *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção?* (1997) que aborda que historicamente a “cultura” foi um termo que sofreu alterações em seu significado:

Pois ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo. (SAHLINS, 1997)

Sahlins (1997) pondera que esses casos não devem ser considerados de uma forma amena. Na verdade, tem que aprofundar esses conceitos tirados dessas vivências de opressões, saber como conseguiram sobreviver por tanto tempo porque de forma nenhuma foi uma ação tranquila. Mais ainda, o autor mostra como o imperialismo falhou na sua “missão” de fabricar cidadãos e trocar os preceitos antigos por uma consciência mais capitalista e universal. A antropologia foi fruto inicialmente dessa operação de controle e a ressignificação dessa ciência também foi importante para contribuir para a sobrevivência de muitas culturas.

Em lugar de celebrar (ou lamentar) a morte da "cultura", portanto, a antropologia deveria aproveitar a oportunidade para se renovar, descobrindo padrões inéditos de cultura humana. A história dos últimos três ou quatro séculos, em que se formaram outros modos de vida humanos - toda uma outra diversidade cultural -, abre-nos uma perspectiva

quase equivalente à descoberta de vida em outro planeta. (SAHLINS, 1997)

Sobre essa nova via, Lucimara fala na entrevista algo que me lembrou dessa afirmação de Sahlins (1997), quando ela compara a situação da Europa com o Brasil quanto a propagação da sua cultura tradicional. Com isso, ela comenta desses novos padrões inéditos de cultura que estão interligadas com as tecnologias que aparecem constantemente e mudam a nossa vida:

Então a gente fica notando exatamente os costumes que lá tem e que aqui já tá havendo umas modificações porque a cultura é dinâmica, ela não paralisa no tempo e lá é fortemente seguido ainda. É isso que a gente tem que dar esse entendimento, que dependendo da dinâmica social local, dependendo da dinâmica econômica local, ocorrem as modificações. O grande exemplo é o celular. Se fosse uma tradição bastante forte, ninguém ia ter celular ou telefone dentro de casa. Eles iam viver dentro daquele costume dele. Lá em Portugal, o que você vê como internet ainda é muito precária, então dificilmente eles têm uma internet. Eles não têm. Agora que eles tão começando a ter um celular por conta do trabalho. (LUCIMARA)

Sahlins (1997) se aprofunda nessa descoberta de uma nova via com os chamados povos transculturais, citando o estudo do antropólogo Terence Turner (1987). Cita o autor que este já argumentava sobre a capacidade de sobrevivência que os povos indígenas tiveram todo esse tempo, se opondo há uma interpretação ingênua que os povos europeus criaram em torno deles, não considerando as imensas batalhas que tiveram que travar e que ainda enfrentam pela sobrevivência. Sahlins (1997) aponta que Terry (1987) observou bem que uma das ironias que se encontra no discurso da alteridade "é que ele tende a exagerar o poder que teriam as representações ocidentais de se impor aos 'outros', dissolvendo suas subjetividades e objetivando-os como meras projeções do olhar desejante do ocidente dominador". (SAHLINS, 1997)

Esse tipo de autoconsciência cultural, conjugado à exigência política de um espaço indígena dentro da sociedade mais ampla, é um fenômeno mundial característico do fim do século XX. As antigas vítimas do colonialismo e do imperialismo descobriram sua "cultura". Por muito e muito tempo os seres humanos falaram cultura sem falar em cultura, não era preciso sabê-lo, pois bastava vivê-la. E eis que de repente a cultura se tornou um valor objetivado e também o objeto de uma guerra de vida ou morte. (SAHLINS, 1997)

Objetivo pelo qual a AMSK luta diariamente. Lucimara me deu um exemplo de como estão enfrentando essa questão da cultura não ser morta e trazer seu devido reconhecimento, sendo ensinadas pelo povo romani e para eles. Eis as reflexões dela:

Pode acontecer com outras comunidades que já não tem mais essa música, não tem mais essa dinâmica, sabe? Dinâmica social de deixar a criança te ver dançar, como fazer um palmeado, um sapateado. A criança só de olhar, ver os adultos dançarem, elas aprendem. Não precisam ensinar, então o que nós notamos e a Sam anda percebendo muito isso nas comunidades lá em São Paulo que as mães já não sabem mais dançar. Se elas não sabem dançar, as filhas também não sabem dançar e às vezes tão numa religião e aí perde, perde mesmo. Então é isso, por isso que a gente fala que a cultura é dinâmica porque ela sofre sim. Sofre com o momento. Então se a mãe, ela já não dançava porque a mãe dela não dançava, o que acontece? Ela também, a menina, o menino não vai aprender, ele não vai tocar o acordeon porque às vezes o avô tocava mas o pai não toca e aí o pai não tocando, a criança não vai pegar porque o avô já faleceu, cê tá entendendo? O que eu tô querendo que você compreenda é o caminho. Então depende muito da família, depende muito do que ela traz no seu, nessa dinâmica social dela, entendeu? Se tiver alguém que toque violino e que vai te passando, até chegar no bisneto e neto, maravilhoso! Mas a dança mesmo... A mulher tá ali o dia inteiro né, fazendo as coisas,

cuidando do filho, cuidando do marido, às vezes do pai, da mãe. Aquele momento, que na época da minha avó tinha assim, muito, que era das mulheres se reunirem em algum lugar pra cantar, para dançar, para rir, isso se perdeu em muitos lugares porque é muito esses ensinamentos da própria cultura do oriente, a reunião das mulheres é o momento das mulheres, é o momento dela de relaxar, de contar piada, dar uma notícia mas é um momento delas, é esse momento. Esse momento que a AMSK tá querendo resgatar dentro de algumas famílias. A gente tá conseguindo já assim ó, “como é que tá a dança? E aí, a sua dança?”. “Ah, a gente não dança mais, mas teve, não sei o que”. A gente coloca as vezes a música em algumas comunidades e fala “mas dança aí pra eu ver, quero aprender” aí dança assim e “eu danço assim” e elas vêm e saem e dizem “é isso mesmo! a nossa música” mas o que nós vemos hoje é que se a gente também não se apropriar dessa dança que a gente tem conhecimento que veio desde pequeno, dos avós, dos tios, tias mas com os nossos anciãos fazendo, dançando, a gente vai perder, aí vai o que? O acultramento de fato. O acultramento de fato e na Europa é o contrário. Na Europa é forte, pelo menos a música. A música é muito forte nos núcleos familiares, sempre tem os músicos da família que vai passando pras suas crianças então a gente percebe que não vai morrer. Agora, aqui no Brasil tá difícil. Tá ficando bastante complicado. (LUCIMARA)

Tendo abordado toda essa problemática de se apresentar como romí no mundo gadjó, no próximo capítulo eu tratarei da Associação Maylê Sara Kalí, esta Associação que busca romper com a fronteira étnica e o ciclo do desconhecimento sobre sua cultura. O contexto do movimento político romani que criou a AMSK, suas conquistas e o que se encontra de material na internet também serão comentados junto com as entrevistas das que fazem parte dessa Associação.

CAPÍTULO IV

A AMSK

4.1: Introdução

Neste capítulo trabalho os elementos já expostos até aqui – história destes povos, os conceitos de sua cultura e as problemáticas e contextos que os levam a se proteger por meio de uma fronteira que os invisibiliza enquanto povo romani -, por meio do papel da AMSK e seu trabalho em torno de todas essas questões.

A Associação surge a partir da necessidade de romper com o ciclo do desconhecimento e propor o fim da fronteira étnica para algumas famílias fazendo essa ponte com a sociedade gadjô. Mais ainda, sendo incentivada a propagar sua cultura tanto dentro, quanto fora do ciclo familiar. Direciono esse capítulo para comentar sobre a atuação da Associação pelas falas das integrantes que entrevistei: Elisa, Sam e Lucimara. Conto primeiramente sobre a formação do movimento político romani, daí entrando no contexto da criação da AMSK e a sua atuação e quais seriam as perspectivas de futuro para a sua cultura aqui no Brasil. Esses tópicos permeiam problemáticas que serão elucidadas com argumentos de outras pesquisas que busquei e as percepções das interlocutoras sobre os temas. Para introduzir esse capítulo e o tópico a respeito do movimento político romani, retiro o seguinte trecho da obra de Cunha (2015):

Até a algum tempo essas relações eram perpassadas, sobretudo, a partir da lógica do “favor”. E, atualmente, o que se percebe é uma outra conotação, já que os ciganos ao exteriorizar demandas, organizam um discurso respaldados juridicamente. Estes não falam mais em “esmolas”, mas sim em “direitos”. Conforme observa-se, tais mudanças estão de acordo com o atual contexto político brasileiro. Pois que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 tentou-se responder às demandas de diversos povos culturalmente distintos, o que também vem influenciando nas dinâmicas dos grupos ciganos (CUNHA, 2015; 22)

4.2: O movimento político romani e a AMSK

Primeiramente, volto à questão exposta no primeiro capítulo deste estudo em que Cavalcante (2019) frisa que a maior parte dos rom e romí, brasileiros e brasileiras, se consideram que eles são todos Rom e que formam uma única nação, ou seja, a nação do Povo Rom. Essa questão ainda não é unânime entre todas as famílias étnicas, enunciando a indispensabilidade de se inserir essa demanda em pauta (CAVALCANTE, 2019; 35). É importante tratar sobre essa questão ao se redigir um documento que será apresentado à uma organização importante e que comporte todos e todas do mundo da Roma. Esse movimento político é fruto de um empreendimento iniciado pelas diversas famílias romani, com as suas “vendagens” e que foi capaz de tirá-los do campo do desconhecido e propuseram que suas lideranças começassem a lutar por políticas públicas a fim de proteger sua família e cultura (CAVALCANTE, 2019; 55). Assim, Cavalcante (2019) lista lideranças que fizeram parte disso. Cita o Sr. Mio Vacite, romani horaranô, que criou o Centro de Estudos Ciganos em 1987 e a União Cigana do Brasil em 1990 e a Sra. Miriam Stanescon Batuli de Siqueira que em 2003 fundou a Fundação Santa Sara Kali, no Rio de Janeiro (CAVALCANTE, 2019; 54). A autora mostra que, mesmo com o total desconhecimento da história do povo Rom por parte dos que estão no governo, as diversas ações que as lideranças romani realizaram teve como resultado a criação do Dia Nacional do Cigano, marcando o início de várias pautas, demandas requisitadas e o surgimento da AMSK:

Foi assim que, numa tarde do dia 24 de maio de 2002, em torno de uma mesa de café, nasceu o Grupo Sara Kalí ou Sara Kalí Group. Seu principal objetivo era fazer uma abordagem da cultura Rom baseada no conhecimento, sem o misticismo, sem as teorias inventadas, sem se afastar das realidades vividas pelas comunidades. Com uma alegria peculiar, com conversas regadas ao tradicional Tchaiô (chá), com pães e doces, esse grupo continuou suas atividades, levando à criação formal, em 05 de janeiro de 2009, da Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil. (CAVALCANTE, 2019; 60)

Com a promulgação do Dia Nacional do Cigano por Decreto Presidencial de 25 de maio de 2006, criou-se uma segurança cada vez maior de uma representação política nos lugares,

principalmente na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entretanto, muitas associações não conseguiram o ingresso e devido ao sentimento de impotência, elas soltaram um manifesto aconselhando as pessoas que fazem parte da Roma a continuarem na invisibilidade, fechando sua fronteira étnica. A AMSK então, realizou um profundo debate com outras lideranças romani, de famílias kaldarash, lovara e calon principalmente e entenderam que não poderiam mais ficar calados diante do desconhecimento de sua cultura.

Nessa circunstância a AMSK aumentou sua representação no sentido de trazer um aparato conciso das informações que as instituições deveriam se basear nas atuações de políticas públicas ao povo Rom. Desmistificando a obrigação de se usar as roupas, as moradias como tendas e o nomadismo como modo de viver, como algo exclusivo de seu povo e/ou intrínseco a ele (CAVALCANTE, 2019; 64).

A autora, então, faz uma avaliação de projetos que estão em trâmite nos órgãos municipais, estaduais e federais. Comenta, por exemplo, sobre a criação do “Estatuto Cigano”, o projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, do senador Paulo Paim (PT), de 2015. Primeiramente, segundo ela, o projeto não expressa direitos básicos como certificar que sua autenticidade como cultura possa ser devidamente manifestada, com a segurança garantida por lei. Inclusive, não atesta uma questão primária que é a nomenclatura utilizada. Por exemplo, a autora relata que em uma parte do projeto se lê que é considerado integrante do Estatuto alguém que se autodeclara “cigano” ou com uma definição “análoga” (CAVALCANTE, 2019; 71). Além do risco de se ter integrantes que não pertencem à cultura utilizando do espaço para alguma autopromoção, indica uma total desinformação sobre a cultura do povo Rom, dos que falam a língua romani e as ramificações que se apresentam. Outra reflexão que Cavalcante (2019) aponta é que não se encontra a palavra “povo” e sim “população”, ou seja, mero conjunto de pessoas num espaço demarcado. O foco do estatuto, segundo a autora, no mínimo tinha que ser de garantir a proteção contra a discriminação, seguindo as leis nacionais e internacionais vigentes. Assim, criou-se uma segunda proposta para o projeto, tendo como relator o senador Hélio José (PROS). Aqui já adentramos no contexto do atual governo de Jair Bolsonaro (sem partido), com o senador Hélio atentando para o “grande erro” de se falar “gênero” ao invés de “sexo” no projeto e desconsiderando pautas aprovadas na Conferência Nacional de Educação de 2014 (CAVALCANTE, 2019; 73).

Outra questão que Cavalcante (2019) aponta é em relação às terras. Diz que há uma discussão em torno do Projeto de Lei nº 7.774, de 2014, de autoria da Deputada Federal Érika Kokay (PT) que diz sobre a inviolabilidade da tenda. A autora atesta para a importância desse direito, mas ressalta que ela não comporta o Povo Rom que vive em casas e apartamentos, que têm seus direitos violados igualmente e se mantêm reclusos a manifestar sua cultura. Contemplando apenas essa camada, alimenta uma divisão do povo entre classes sociais por somente comportar parte dos representantes da etnia, além de considerar ser um povo nômade somente. Segundo a autora, há uma nova versão do projeto sendo analisada por um novo relator, o senador Telmário Mota (PROS) (CAVALCANTE, 2019; 74).

Apesar de a pauta ter evoluído, segundo ela: “o diálogo com a administração pública estadual e municipal somente acontece por mediação do poder executivo federal” (CAVALCANTE, 2019; 92). A única família entrevistada que dialoga diretamente com o governo federal é a família Pereira Reis, tendo sua atuação política aliada com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apesar das melhoras, segundo Cavalcante (2019), o povo Rom ainda demanda ser contemplado nas políticas públicas que são empregadas aos povos tradicionais. A autora atenta pela dificuldade que foi marcar uma presença política nesses espaços, vencendo resistências de pessoas que inclusive deveriam ser aliadas, tendo ainda vivo o preconceito contra o povo romani (CAVALCANTE, 2019; 93). Dificuldade é vencida com muito trabalho e apresento agora um pouco das informações que existem da AMSK e a sua atuação quanto a garantia dos direitos ao povo romani.

Como foi dito, dia 24 de maio é o Dia Nacional dos Ciganos. Sara Kalí é considerada a patrona das famílias romani. Há muitas histórias a respeito dela, mas se destaca no site da AMSK que ela fez parte de um grupo que “modificaram o rumo da história”, a qual foi rejeitada pela igreja e valorizada por toda uma nação. As fundadoras da AMSK são: Dona Fia Vidal, presidenta honorária; Elisa Costa, presidenta; Lucimara Cavalcante, coordenadora do projeto Kalinka e danças romani e Marcia Vasconcelos, Assessora Técnica. Cavalcante (2019) conta em seu mestrado que o nome “Associação Maylê Sara Kalí”, além de homenagear a Santa Sara Kalí, homenageia também Dona Fia, que a chamava de filha no idioma romanês: Mayri. A autora respondia com um carinhoso nome para mãe no mesmo idioma: Maylê. Segundo ela, a luta pelos direitos está no sangue de sua família e o objetivo é construir uma agenda política que abarque as

especificidades de cada braço familiar que compõem a associação e dar voz ao indivíduo (CAVALCANTE, 2019; 61) no mundo gadjó.

Entrando no site oficial da AMSK (link nas referências), aprendi um pouco mais sobre o povo romani e o quanto essa entidade faz pela etnia para romper com o ciclo do desconhecimento. A associação tem como objetivo perpetuar as tradições e costumes do povo romani do Brasil em defesa dos direitos humanos como povos tradicionais com levantamentos, sistematizações e ampla divulgação de dados. Também busca ser uma instituição de referência para os romani como meio de defesa e cumprimento da cidadania, acesso à validade na conquista dos direitos individuais e coletivos. Ajudam nas competências das lideranças romani para mediar e propiciar o diálogo entre os órgãos do executivo, legislativo e judiciário. Encorajar a organização das comunidades em criar um diálogo com as pessoas gadjó e a capacidade de gestores e servidores públicos para a inclusão dessas famílias, proporcionando também a reflexão na sociedade em geral. A associação tem atuado de forma direta em nível nacional e buscando afinar com outros países e lideranças principalmente de Portugal, Espanha e Colômbia. Destaquei frases no site como: “Os incomoda é o empobrecimento da sua cultura, fornecendo linha e agulha para que a grande colcha de retalhos não deixe de ser costurada” (AMSK) e “O reconhecimento entre nós mesmos” (AMSK):

“Não se combate a fome, a miséria, a pobreza, o descaso, a depressão de um dia para o outro, mas é preciso que se escolha um dia para deixar de se calar e começar a andar. Com Sara, ando Sara.” (AMSK)

Um dos métodos usados por elas é a promoção de uma série de ações educativas como seminários e atividades de capacitação envolvendo gestores governamentais; bem como trazer exposições fotográficas, eventos culturais (Noite cigana, chá cigano, *slava a Santa Kali*) e a dança tem tido papel fundamental para os objetivos da AMSK. Na saúde, criaram o “Homeopatas dos pés descalços” (link nas referências), um blog voltado com ajuda médica, em geral, homeopática. Alerta também para doenças ginecológicas, em que, mesmo virgem, muitas romís tem que se manter até o casamento e também tem uma lista de sistemas florais do mundo que ajudam na homeopatia. Sobre culinária, há a “Cozinha dos Vurdóns” (link nas referências), um blog com aulas temáticas sobre o povo Rom com debates e uma “cozinha cigana” com

opções de temas festivos e pratos oriundos de vários países. Dos muitos eventos criados desde 2009, destaca-se o Projeto Kalinka, voltado para uma educação em direitos humanos com a missão de levar a cultura e propagar a dança e música romani, incluindo matérias de exatas. Há um workshop inicial com os professores também. Em 2013 houve no Distrito Federal um ensino inclusivo para portadores de deficiências mentais com dança e participação dos professores e posteriormente, apresentação de um trabalho artístico para demonstrar a sensação e o que aprenderam.

Sobre o alcance atual da AMSK, Lucimara conta os avanços que estão acontecendo não só aqui no Brasil, mas no mundo em relação ao tratamento dado ao povo romani:

Nesse fórum de minorias, olha que interessante, teve uma organização governamental da Alemanha defendendo a citação da Roma, devido a vulnerabilidade. Então chamou a atenção para a Roma. Também da Ucrânia teve uma organização falando dos problemas da romafofia e aí a AMSK foi a única das Américas a falar sobre a romafofia também. Entretanto, nós também falamos da nossa vitória que a gente teve com a política de etnicidades e saúde que enviamos sobre o povo rom. Primeira vez que o povo rom aparece. Então já tem um reconhecimento que existe um povo rom nas américas e que a saúde esteja fazendo a tarefa deles, não só os indígenas e o afro descendentes, mas o povo rom tá nomeado na política. (LUCIMARA)

A comparação com a situação dos povos indígenas e de matriz africana me instigou a perguntar se seria bom para o povo romani ter um órgão que os represente, a qual obtive a resposta abaixo, que diz muito sobre a situação dos povos tradicionais no atual âmbito político de polarizações e extremismos:

Olha eu vou te falar o seguinte, as chances são bastante complicadas. Nós fizemos uma incidência política desde o evento de 2013 do Brasil Cigano, primeira semana dos povos ciganos no Brasil. Nós tínhamos lá a Profa. Dra. Luiza Bairos que era a Secretária Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial, tudo começou com ela e com a professora Silvano Euclênio. Então as coisas começaram a andar de 2013 e no plano anual, que foi final de 2019, estava no plano do governo brasileiro duas coisas que é a ação da Coordenação de Povos Ciganos. Essa foi criada e a Política Nacional Contra o Racismo dos Povos Ciganos, era uma política que tinha que fazer e isso não foi feito. Então tá lá a coordenação porque por um posicionamento nosso político a gente não dialoga com esse governo que está aí mas chegam notícias do que está acontecendo na SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), ela está minguando. A SEPPIR tinha 320 funcionários, hoje tem 60 ou menos. Então como a gente fica andando ali nos corredores dos ministérios para fazer as incidências, a gente chora. A gente já chorou porque viu o governo dando voz aos romani no início do século 21, implementou essa política de igualdade racial no país com ministério, secretaria e viu o que tá hoje. O que nos deixa bastante claro quando a gente faz essa leitura política é que para o ano que vem essas secretarias nacionais vão virar um departamentinho. Quando você fala assim de uma Fundação Palmares, olha o que está acontecendo com a Funai e a Fundação Palmares? Estão acabando, acabando com tudo. A gente não pretende ter uma Fundação Palmares, a gente não quer isso, a gente quer é que a gestão pública seja municipal, estadual e federal cumpra com a aplicação das leis também para os povos romani. Então nós não queremos por conta disso porque pode vim um governo falar: “não, eu não quero nem nada pra cigano não” mas se a gente trabalhar nos municípios, nos estados dizendo que ali tem no seu bairro, no seu território nacional e estadual que tem povo romani, que tem os seus direitos tanto quanto os indígenas, os quilombolas. Aí nós vamos ter o fortalecimento, a visibilidade que a gente quer então a gente não precisa de uma FUNAI, a gente precisa é que aqui na área federal na hora que sair alguma coisa pra povos tradicionais seja nomeado povo romani também que é o que a gente tem conseguido nestes últimos anos. Tá lá: “cigano”, entendeu? (LUCIMARA)

Sobre isso também fala Silva (2005) em seu artigo, sobre o que deveria ser realmente o papel de uma fundação como a FUNAI e da própria Antropologia, na luta para o fortalecimento dos povos tradicionais enquanto sujeitos de sua própria vida sem algum tipo de método, conceito ou governo que os possa limitar:

Aos aparelhos indigenistas do Estado (como a FUNAI entre outras agências governamentais e “neo-governamentais”) cabe apenas o papel de solicitar e viabilizar (ou, no mínimo, não inviabilizar) estudos etnográficos, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas e históricas que informem e subsidiem as ações e decisões políticas em prol da proteção dos direitos indígenas, em particular o direito de pessoas e grupos de se auto-afirmar, na qualidade de sujeitos históricos que são, como indígenas autônomos. Sendo assim à Antropologia e aos antropólogos não cabe fazer a “identificação étnica”, mas produzir o conhecimento sobre a “identificação étnica”

Em resumo, temos que a identificação étnica dos “índios misturados” envolve hoje processos de organização social da diferença cultural mediados por agentes e agências indigenistas que visam monopolizar o sentido do que é ser “índio” com o propósito de regular a distribuição dos “direitos indígenas” segundo critérios “racionais”. (SILVA, 2005; 121-122)

4.3: As batalhas e o futuro

Como introdução ao tema sobre o futuro do povo da Romá aqui no Brasil e as batalhas que a AMSK enfrenta para romper com a fronteira étnica de sua cultura, tem-se outro relato de Lucimara sobre os projetos que estão ajudando, fortalecendo e o atual cenário das conquistas de seus direitos enquanto povos tradicionais:

Por exemplo, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano abriu cotas para romani e nós temos lá jovens que vieram da escola com a professora Laudicéia, que fez um trabalho com a família, com a escola, coisa mais linda. Tem um que tá fazendo acho que direito e um que entrou pra medicina então a gente ficou muito feliz. Tem outro que tá na educação física, tudo ali daquela comunidade. Isso é importante, eles estão rompendo com o ciclo porque a família é do acampamento, ela é de itinerância forte de acampamento lá na região da Bahia e conseguiu se estabilizar ali em Jacobina. Tem a casa deles e começou com todo o trabalho de colocar as crianças na escola também. Moram numa rua várias outras famílias e a professora Laudicéia viu o projeto Kalinka ganhar o prêmio em 2014 e ela entrou em contato conosco dizendo que queria fazer um projeto assim lá e explicou que tinha famílias que já moravam em casa e aí gente deu a maior força. O projeto foi pro Chile, no Uruguai que teve um evento e sempre a AMSK ela conseguia recurso para poder com que aqueles adolescente romani fossem viajar para mostrar a importância do trabalho deles aí eles ganharam prêmios, já foram pra São Paulo, já foram pro Rio Grande Do Sul, então ela é um professora que humaniza. Vê assim que o trabalho deu fruto de conseguir dar entendimento para um pai principalmente que eles poderiam chegar e iam chegar numa universidade federal. Estavam a ganhar apoio e aí foram acreditando nela, tendo certeza que eles iam quebrar, romperam com o ciclo de desconhecimento daquele núcleo familiar que é grande e aí naquela escola onde ela tá tem um professor que também é romani, calon, já está dando aula. É lindo o trabalho, merece fazer um livro da história, sabe, desse trabalho dela porque uma educadora, por isso que a gente fala que são pessoas... vem da pessoa querer, ela tem uma profissão, mas ela tem um querer humano de poder entender a outra cultura, de “o que eu posso fazer para melhorar? O que eu posso ajudar? Eu quero entender melhor” e foi o que ela fez. Assim como ela, outras educadoras no país que fazem isso, lá na Bahia, lá em Alagoas também tem, então a gente começa a dar visibilidade a esses

trabalhos. Esse também é o papel nosso da AMSK. A gente vai dando visibilidade e buscando, falando o que temos, por exemplo a gestão da formação que a gente faz da produção científica no país é fundamental porque você tem ali um ponto. É claro que por exemplo até sair a dissertação, o artigo que eu identifico na internet, que eu leio, pra colocar no nosso site demora, então a gente precisava de estar mais junto. A AMSK precisava estar mais junto com a Sociedade Brasileira de Antropologia, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Sociologia, dizer: “olha, quando sair uma tese, uma dissertação com o tema povo cigano no Brasil, encaminha pra gente”. Vamos fazer aqui de fato uma biblioteca virtual em que os pesquisadores que tiverem interessados no tema, tenham ali um site da AMSK. Já tem muitas. Você vai ver lá que de 2011 prá cá começou uma crescente do interesse dos pesquisadores na área. Na UnB começou na língua, aí foi pra educação e está indo pra antropologia. Temos muito que dar continuidade e incentivar você que são nossos profissionais a continuarem porque quanto mais tivermos pesquisadores nessa área mostrando esses fatores históricos que nos fazem invisibilizados ainda pelos agentes públicos, cada vez mais a gente vai ter força pra fazer com que, por exemplo, Samuel hoje tem 10 anos então quando ele tiver na universidade ele vai estar menos, com menos de preconceito pra cima dele (LUCIMARA)

As famílias romani que vivem em acampamentos são famílias com índices altíssimos de ausência de certidão de nascimento, materialização de sua invisibilidade no mundo gadjô. Por exemplo, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic) registrou ausência de acampamento romani no DF em 2014. Entretanto, o estudo feito pela CODEPLAN (2016) registrou dois, obtido por meio de visitas na AMSK e com dois acampamentos calon e rom que foram entrevistados por contato também da associação. Há uma limitação dos dados num sentido nacional. Essas famílias de baixa renda, que poderiam ter o Bolsa Família, mas pela necessidade de uma presença dos filhos em escolas não possuem. São casos que acontecem com eles devido a

essa invisibilidade e a reclusão de suas famílias por medo da perseguição. Isso a Lucimara também aborda na entrevista:

Alguns núcleos familiares têm medo de suas crianças e adolescentes estarem num estabelecimento escolar. Não vai estar. A professora ou o professor vai dar a aula para aquela criança então que cultura ela vai ter com aquelas crianças não romani, pra ela falar de sua cultura? É manter cada vez mais essa fronteira e a gente tá batendo e dizendo “não, não tem que ter escola em comunidade. É diferente do indígena, totalmente diferente do quilombola. Vocês podem ir lá na escola”. O que nós temos que fazer é preparar, trabalhar aquelas professoras da educação básica, fundamental e médio pra entender o que é a nossa cultura e nós queremos é que as pessoas compreendam pra gente diminuir o preconceito. A gente vem numa luta de anos que permaneçam nas escolas, ingressam nas escolas, que enfrentam, mas estejam porque é o direito deles pra mostrar a cultura, para desmistificar as coisas. A gente tá começando a trabalhar com os núcleos familiares da importância dessas crianças estarem nas escolas, a outra coisa que a gente acompanha são famílias que estão no Bolsa família. Essas não têm. Essas estão saindo de uma vulnerabilidade. Conseguiram o Bolsa Família e as suas crianças a gente acompanha, as crianças estão na escola e as professoras das escolas dela fazendo trabalhos pra falar da cultura. “Olha por que essa criança mora numa tenda? Por que ela tá ali naquela condição?” Então é bonito de ver o trabalho e em outros lugares não tem trabalho nenhum. Aquela criança tá ali sem trabalho nenhum aí é como a gente fala né, é o 8 ou o 80 mas é um trabalho que a gente vem desenvolvendo de formação dos educadores locais principalmente para que tenham um entendimento que é uma cultura diferente, que ele não tá ali naquela tenda porque a cultura é assim. Às vezes ele mora numa tenda porque as famílias não têm condição de ter uma casa, de um aluguel de casa, entendeu? Tem tudo isso que a gente vai explicando e a gente nota, por exemplo, se está ali num bairro as outras

famílias que estão naquele bairro passam com medo que ainda tem essa, aquele estigma, o estigma que foi levado que é onde tem romani é confusão, é roubo, é “vai roubar criança”. (LUCIMARA)

Podemos ver que são necessários estudos para servir de apoio a uma inclusão. Este estudo de caráter exploratório aqui na região do Distrito Federal da CODEPLAN (2016) foi o primeiro contato que tive com o tema e constam nele entrevistas feitas com algumas lideranças que residem aqui no DF. Os dados da pesquisa da CODEPLAN (2016) e que provêm do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) de 2016 são alarmantes em relação a sua invisibilidade porque apenas constam esses dois acampamentos mencionados no estudo. Para constar no cadastro, são consideradas famílias de baixa renda, aquelas com rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por pessoa. Podem fazer parte do cadastro famílias com rendas superiores, desde que tenham vínculo com algum programa social conduzido pelos governos. Por isso, a CODEPLAN (2016) alerta que provavelmente constam mais pessoas na região que pertencem ao povo mas com uma renda maior. Procurei então a pessoa que coordenou essa pesquisa, a gerente de Estudos e Análises de Promoção Social da CODEPLAN em 2016, Larissa Nocko. Ela afirma que o contato com a comunidade e o desenho das entrevistas foi feito pela coautora e cientista social Lídia Cristina Silva Barbosa, com a qual não consegui contato para tirar minhas dúvidas quanto ao caso. Por isso, em relação ao contato com o acampamento, Larissa não teve como responder, mas perguntei se houve alguma melhora na questão da invisibilidade do povo Rom na relação com o governo e as políticas públicas. Sua resposta dialoga com o que está sendo debatido aqui sobre a sua invisibilidade para se ter uma política realmente efetiva na melhora dessa relação:

Deve-se atentar para programas sociais que beneficiem segmentos da comunidade por conta de outros critérios de vulnerabilidade como, por exemplo, Programa Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada. No caso específico da comunidade cigana eu não saberia dizer, mas de forma geral as políticas públicas tornam-se muito mais trabalhosas quando carecem de dados e registros, como ocorre nesse caso. Assim, o estudo da Codeplan é um subsídio importante para a redução dessa invisibilidade,

tendo em vista a escassez de materiais - tanto no contexto nacional quanto no local – ainda que sua contribuição seja limitada. Para se falar em uma efetiva melhora na relação da comunidade cigana com as políticas públicas seria necessário um monitoramento criterioso de elementos objetivos e subjetivos que leve em consideração a heterogeneidade de costumes, a identidade como povo, a ausência de padrão de inserção social e o preconceito. (NOCKO)

Isso me remeteu à primeira reunião que tive com Elisa que ela mencionou ter chorado com o primeiro projeto Kalinka realizado e a fala de Sam que mostro agora corrobora com essa intensa repressão que existe nas escolas porque é difícil para uma criança que é da Roma estar em uma escola, “que manda você abrir o dicionário e diz que você não presta” (ELISA):

“O que é ser cigano?” Aí ela vai lá e pede pra abrir no dicionário (no dicionário, carrega o sentido também de ladrão)... e aí tu vem, e como tá a estrutura dessa ROMA pra permitir que essa criança vá no mundo gadjó e ele consiga viver dentro dessas duas estruturas, sem abandonar essa e nisso o judeu ganhou da gente porque o judeu mantém a estrutura dele... o filho do judeu sai e volta e vive nas duas e a gente tá perdendo a nossa juventude porque a gente não consegue manter isso (SAM)

Nas universidades também existe uma intensa romafobia, como relata uma liderança romí estabelecida em uma chácara em Brazlândia, entrevistada pela CODEPLAN (2016):

“Eu fui barrada na faculdade porque eu fui com as minhas vestes. Essa é uma questão cultural do Cigano, as vestimentas. O que é predominante mesmo é a roupa, se não me visto assim me sinto nua e quando eu fui fazer faculdade eu fui barrada. Fui para casa, chorei muito, mas aí eu tomei uma decisão: se a sociedade não me aceitar assim, eu aceitarei a sociedade. E aí foi quando eu decidi que, a partir daquele dia, eu poderia não andar com as minhas vestes dentro da sociedade, mas que a minha

origem eu jamais esconderia.” [(SÔNIA) CODEPLAN, 2016; 28]

Entrando no assunto do futuro do mundo da Romá, Elisa diz que isso é uma questão muito séria e que agora está discutindo bastante com a Sam. Cada vez que elas conversam tem percebido que pode existir essa Roma moderna e o mundo da Roma precisa parar de implicar com as regras e costumes expressos no mundo ocidental, lembrando que o mundo da Roma ou a romanipen é a tradição que carregam de seus ancestrais. Sam pensa também que não poderia modernizar a um ponto que as pessoas se percam nesse processo e Elisa atesta que esse não é o objetivo e dá um exemplo das meninas terem o direito, “sem a desculpa da gravidez ou da violação do corpo, por um (relacionamento) não-Romá” (ELISA).

Elisa: É isso que a gente quer... por que? Porque de uma certa forma até a mulherada subir a identificação dela, fica vários anos sendo empregada. Entendeu? Ela tem limite de pensamento.

Sam: O que tem que entender é que ela não precisa, é independente dela ir... a não ser que prenda ela no quarto, porque se ela sair daqui pra fora ela já corre o risco de se apaixonar

Fiz a mesma pergunta para Lucimara, sobre sua impressão a respeito do futuro do mundo da Roma e tive essa resposta:

O futuro do romanês, no Brasil, está cada vez mais diminuindo. Tá começando a se falar pouco. Talvez as crianças de agora, de 0 a 6 anos, tenho alguns casais que eu acompanho. O avô deles fala belissimamente romanês. O filho e a nora falam pouco. A mulher é quem ensina o romanes aí ela fala pouco e não ensina sua filha e o seu filho e fala frases e não aquela fluência e quando você vê as crianças juntas, elas só falam língua portuguesa. O Michel falou: “Olha, é mais fácil você ver hoje os filhos dos romani falar francês, alemão, inglês, espanhol do que o romanês”. Então essa geração que tá indo agora pros seus 6 anos, elas não falam mais o romanês, se não vem agora um entendimento da importância

da não atenção a esse idioma, então eles tão indo muito pra aprender o inglês e espanhol. O romanês está ficando mais com os adultos e os idosos. Esses falam fluentemente bem, com uma influência muito grande. Agora as crianças, não. Aí eu vejo que é, aonde vai chegar né? Aonde vou chegar. Por isso que a gente estimula essas músicas, enquanto que na Europa é o contrário. Tudo na Europa é ao contrário, tem até rádio, rádio romanês! Linda a rádio. Lá são jornalistas já formados. Eles colocam música, eles entrevistam os romani, falam nos eventos o que está acontecendo na Europa e há um estímulo muito grande para o estudo do idioma. Aqui no Brasil, é assim na Argentina também, jovens já não falam mais romanês, crianças não falam mais romanes. A Colômbia vem fazendo um movimento do ensino do idioma em casa sabe, todo mundo vendo o exemplo da Espanha, da Europa que tem cadernos de gramática ensinando a falar. Então realmente só daqui a 10 anos, quando eles tiverem com 16 anos. Tem gente que tá com 5, com 6 e eles eram pra estar falando fluentemente o romanês e não estão falando. (LUCIMARA)

Entrando no espaço acadêmico, cada vez mais há um futuro para as próximas gerações buscarem mais espaço. Estando em sala de aula ensinando seus costumes, apresentando suas danças. Realizando uma troca de saberes com quem quer que seja, sem medo de ser recriminada ou estigmatizada. A AMSK, dia após dia, rompe com esse ciclo e abarca cada vez mais famílias a romperem com a fronteira. Mostrando-se romani, um povo que ajudou a criar a nação brasileira, contribuindo com seus costumes, sua dança e música. Há um futuro longo pela frente para que os romani realmente se sintam à vontade de manifestar sua cultura sem algum tipo de preconceito direcionado, mas dia após dia as famílias estão se sentindo cada vez mais à vontade por sua cultura estar sendo estudada e assim a fronteira vai diminuindo. Com a ajuda de estudos acadêmicos mostrando a cultura e o trabalho que a AMSK faz em cada núcleo familiar no Brasil e no mundo. O ciclo do desconhecimento cada vez mais está desaparecendo felizmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações que tive no processo desse estudo, como por exemplo, em compreender quem emerge a fronteira étnica e os motivos, acredito que alcancei o objetivo proposto na introdução. Como Lucimara disse, é preciso acabar cada vez mais com o ciclo do desconhecimento para as próximas gerações de romani se sentirem mais acolhidas nos ambientes em que estiver, numa roda de conversa de povos tradicionais, ao entrar numa universidade e poder falar de sua família porque as pessoas já possuem uma base melhor sobre sua cultura. Podemos assim inclusive, nos aprofundar mais em seus preceitos porque ainda é complexo para quem não pertence a ela. Pouco ainda se sabe sobre a romanipen por medo do preconceito que as famílias podem receber por parte de quem só conhece um sentido muito vago sobre o que é ser cigano, um romani. Conhecemos mais o estereótipo cigano “Rum Montilla”, como foi apresentado. Não aprendemos sobre as especificidades de cada família que, como podemos ver, são muitas e ainda nem conhecemos todas por muitas ainda se sentirem bem reclusas a abrir a fronteira étnica. Entretanto, cada vez se fala mais na universidade sobre e esse estudo é mais um a ser adicionado.

Esse estudo então, destaca o aspecto da invisibilidade desse povo perante a sociedade. Essa invisibilidade, presente em uma tragédia como o Holocausto em que pouco se fala sobre o genocídio do povo romani causado nessa época. Na Europa inclusive, como podemos ver, o quadro de preconceito é ainda mais preocupante, porém, não é um povo invisível e não fazem questão de ser, de fazer emergir essa fronteira étnica. No Brasil, por outro lado, os estereótipos e estigmas atingiram tanto essa população, a diminuíram tanto que muitos voltaram para a Europa por não conseguirem viver nessas condições. Não havia apoio a não ser de sua própria família que se preocupavam em sobreviver, então perceberam que a opção era esconder sua real identidade, que poderia ser escondida. Esse fato difere de outros povos tradicionais onde a questão racial se mostra como a marca de sua identidade em algumas etnias, não sendo capaz de esconder a sua identidade. Então, muitos optaram por esse caminho.

Com a possibilidade de se mesclar com a população majoritária, usando suas condutas e disfarçando seus costumes, a fronteira étnica acaba sendo algo que auxilia a sua sobrevivência, por outro lado mata a cultura de sua família, os preceitos vão sendo esquecidos e as gerações que chegam pouco tem de noção sobre seus antepassados, as danças e as músicas que fazem parte da

sua família. A pergunta que fica é como lutar para que a cultura não se acabe em um povo que é invisível e vê nessa invisibilidade o único caminho a ser seguido para que sua família sobreviva. A luta da AMSK é para que justamente não se perca os costumes, que seja incentivada a dança e que ela seja ensinada por pessoas de sua família, que as músicas em romanês sejam cantadas e num sentido externo às famílias, que ela seja devidamente reconhecida na sociedade como povos tradicionais que ajudaram a criar a nação brasileira.

O povo romani existe e não sabemos nem o básico deles. Nem mesmo sabemos quantas famílias existem no país e no Distrito Federal. Elisa, nas primeiras conversas que tivemos, aponta para esse fato que em um determinado local, podemos não saber mas muitas pessoas ali possuem descendência romani que foi perdida, esquecida pelas suas famílias ou até mesmo tem a noção mas preferem não se ligar a isso por medo do preconceito. Este estudo é uma ajuda para o fim do ciclo do desconhecimento, para que ninguém tenha mais medo de se apresentar como romani e que as pessoas que não os conhecem, comecem a encará-los como povos tradicionais que nos ajudaram em muitas questões, muitos romani foram importantes em nosso país e no mundo. Essas pessoas merecem ser reconhecidas como pertencentes a um povo rico em histórias. Que a própria Antropologia e a universidade comecem a estudá-los mais, abrir mais o espaço para se apresentarem e colocarem suas pautas em evidência como povos tradicionais. Que enfim eles possam ser vistos não com desconfiança, mas com respeito. Que eles possam ser simplesmente o povo romani.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o Conceito de Cultura**. Niterói, RJ. Editora da Universidade Federal Fluminense. Revista Antropolítica número 19. 1995.

BARTH, Frederik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. 1969. Organizado por P. Poutignat e J. Streiff-Fenart. Teorias da Etnicidade. 2ª reimpressão. São Paulo. Fundação Editora da Unesp. 1998.

CAVALCANTE, Lucimara. **História, identidade e dinâmicas territoriais do povo rom no Brasil**. Brasília. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2019.

CAVALCANTE, Lucimara; COSTA, Elisa. **Acampamentos “ciganos”: os desafios da implementação de direitos**. Pernambuco. Volume especial II. Revista de Estudos e Investigações Antropológicas. 2017.

COSTA, Thayse Limeira. **Para onde ir? Por que ficar? Uma etnografia pelo direito de ir, vir e ficar dos povos ciganos**. Brasília. Dissertação de Graduação na Universidade de Brasília. 2017.

CUNHA, Jamilly Rodrigues da. **“Olhe nosso centro! Aqui somos todos ciganos” : construções identitárias e dinâmicas políticas entre os ciganos de Sousa-PB**. Recife, PB. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 1963. Tradução de Mathias Lambert. Coletivo Sabotagem. 2004.

OLIVEIRA, Anna Clara Viana. **A identidade cigana na modernidade tardia: construções fragmentadas**. Brasília. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília. 2013.

SANCHEZ, Valéria Silva. **Devir Cigano. Encontro cigano–não cigano (rom–gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

SAHLINS, Marshall. (1997) **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção?** Rio de Janeiro. Editora Mana. Tradução de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. 1997.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. **Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história**. São Paulo. CEBRAP. 2005.

VANELLI, Marta. **Nomadismo Cigano: migração dos excluídos**. Ano 23, n. 32. Santa Catarina. Cadernos dos CEOM. 2010.

Sites na internet:

Blog Cozinha dos Vurdóns da AMSK, 2020. Disponível em: <<http://cozinhadosvurdons.blogspot.com>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

Blog Homeopatas dos Pés Descalços da AMSK, 2020. Disponível em: <<https://homeopatiaparamulheres.blogspot.com>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Invisibilidade e preconceito: um estudo exploratório dos ciganos no Distrito Federal**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/05/estudo-codeplan-ciganos-no-df-maio-2016.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2018.

Site da AMSK, 2020. Disponível em: <<http://www.amsk.org.br>>. Acesso em: 04 jan. 2019.